vida pastoral

março-abril de 2013 – ano 54 – número 289

Religiosidade popular

3

O que há por trás da religiosidade popular?

Eduardo Hoornaert

11

Inculturação da fé cristã na religiosidade popular

Gilbraz Aragão

21

Os santos e as imagens na religiosidade popular

Orione Silva e Solange Maria do Carmo

33

Religiosidade popular: O exemplo da milenar oração para curar a erisipela

Francisco van der Poel, ofm – frei Chico

39

Roteiros homiléticos

Aíla Luzia Pinheiro Andrade, nj

REFLEXÕES IMPORTANTES SOBRE A COMUNICAÇÃO, A SOCIEDADE O AGIR HUMANO!

Criação PAULUS / A PAULUS se reserva o direito de alterar ou retirar o produto do catálogo sem prévio aviso. Imagens meramente ilustrativas.

272 págs.

A ditadura continuada
Jakson de Alencar

200 págs.

Por um humanismo cristão
Jacques Maritain

237 págs.

Controle social de políticas públicas
Dalila Maria Pedrini / Telmo Adams / Vini Rabassa da Silva

400 págs.

Ética, direito e democracia
Manfredo Araújo de Oliveira

372 págs.

Comunicação e democracia
Rousiley C. M. Maia / Wilson Gomes

PAULUS: 29 livrarias distribuídas por todo o Brasil.

VENDAS: Tel.: (11) 3789-4000 — 0800-164011 — vendas@paulus.com.br

SAC: Tel.: (11) 3789-4119 — sac@paulus.com.br

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br

Caros leitores e leitoras,

Graça e Paz!

Com frequência vemos a religiosidade popular ser classificada como algo menor, como “sincretismo”, invencionice, coisas exóticas, obscurantismo ou mero conjunto de curiosidades. Mas na fé do povo há um tesouro inestimável ao qual convém prestar atenção.

Geralmente, credita-se a enorme e rápida expansão do cristianismo nos primeiros séculos às formulações teológicas, ao grande heroísmo de alguns cristãos, à atuação de algumas lideranças proeminentes. Sem dúvida isso foi importante, mas, como nos mostra com muita eloquência em seu artigo o teólogo Eduardo Hoonart, tal expansão se deu muito mais pela fé popular e pela atuação cristã nas bases da sociedade. Pesquisas arqueológicas demonstram que a religiosidade popular e a capacidade do cristianismo de dialogar com as pessoas das classes mais baixas é que permitiram que Cristo fosse tomando o lugar de divindades reinantes no imaginário daquele tempo, como Asclépio, a quem a população recorria para a solução de seus problemas (doença, marginalização, morte). Da mesma forma, Maria superou a deusa Ísis, cuja imagem a apresentava com o filho nos braços e que era cultuada como mãe de deus, a mãe carinhosa que protege as pessoas. Somente após muita relutância, no século IV, no Concílio de Niceia, aceitou-se oficializar o título de Maria como Mãe de Deus, o qual o povo teimava em atribuir-lhe.

Com isso se percebe o quanto é difícil, senão impossível, dizer o que é sincrético e o que é puro. Mesmo o que hoje é considerado a mais pura ortodoxia está atravessado pela

riqueza da diversidade cultural do povo. Quem estuda a Bíblia um pouco mais a fundo sabe que até nos livros mais antigos há elementos recebidos das culturas e religiões dos povos vizinhos. De igual modo, se as congadas brasileiras são consideradas sincréticas, também o podem ser muitas de nossas formas religiosas oficiais, pois são imbuídas de diálogos e trocas culturais firmadas pelo cristianismo ao longo dos séculos. É inegável, por exemplo, a influência da cultura europeia em muitos aspectos do cristianismo, até mesmo nas vestes litúrgicas. Toda religião, como toda cultura, constitui fenômeno vivo, dinâmico, que não tem como ser isolado numa visão única, separada, cartesiana, intelectualizada e petrificadora. Fazer isso seria empobrecer a realidade.

A Igreja, como está configurada, foi, em grande parte, constituída pela religiosidade popular e se mantém graças a ela. Abrir-nos humildemente a essa enorme contribuição do povo não significa aceitar e endossar toda forma de religiosidade de maneira populista, mas aprender com quem poderíamos achar que não tem nada a ensinar. Trata-se de saber dialogar com o imaginário do povo e com seus sistemas simbólicos, encontrando neles o que há de profundamente evangélico; procurar o sagrado vivo e presente na fé do povo e estar dispostos a aprimorar o que porventura não seja evangélico. Não é nenhum favor fazer isso, ao contrário: é a fé do povo que nos presta favor, ajudando a relativizar cientificismos, intelectualismos, eurocentrismos, teologias e liturgias frias ou tendentes a se distanciar da realidade.

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp
Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Diretor Pe. Claudiano Avelino dos Santos
Editor Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP
Conselho editorial Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Abramo Parmeggiani, Pe. Claudiano Avelino, Pe. Valdir de Castro, Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Darci Marin
Ilustração da capa Luís Henrique Alves Pinto
Editores agwm produções editoriais

Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • FAX: 3789-4011
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 1809-2071
vidapastoral@paulus.com.br
www.paulus.com.br
www.paulinos.org.br
www.vidapastoral.com.br

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista Vida Pastoral é distribuída gratuitamente pela Paulus editora às paróquias e instituições cadastradas no Anuário Católico do Brasil. A revista também é distribuída gratuitamente (1 exemplar por pessoa) na rede de livrarias Paulus.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para as despesas postais. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

Fax: (11) 3789-4004

Para a efetuação de assinaturas enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para: Revista Vida Pastoral – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Praça Dom Adauto, S/N
Junto à Cúria – Centro
(83) 3221-5108
joaopessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montaury, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Av. 7 de Setembro, 80
Rel. de S. Pedro
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br

O que há por trás da religiosidade popular?

Eduardo Hoornaert

O artigo demonstra a importância fundamental da religiosidade popular nas origens do cristianismo e na sua formação como ele se apresenta hoje. Muito mais dos que as razões tradicionalmente elencadas para a expansão do cristianismo, foi a sua inculturação na religiosidade popular que o fez expandir-se rapidamente.

Eduardo Hoornaert, nascido na Bélgica, vive há mais de 50 anos no Brasil. Estudou línguas clássicas na universidade de Lovaina e Teologia em preparação ao sacerdócio católico, entre 1951 e 1955. Foi professor catedrático em história da Igreja nos Institutos de Teologia de João Pessoa, Recife e Fortaleza. Tem ministrado por anos cursos e conferências em torno de temas como: história do cristianismo; história da igreja na América Latina e no Brasil; religião do povo. Tem mais de 20 livros publicados.

E-mail: e.hoornaert@yahoo.com.br.

Hoje em dia, já existem muitos estudos disponíveis sobre as variedades religiosas no Brasil. Num país culturalmente tão diversificado, é de se esperar que também as formas religiosas sejam as mais diversas: indígenas, africanas, portuguesas, italianas ou alemãs, rurais ou urbanas, populares ou burguesas, católicas, protestantes, espíritas, islâmicas, judaicas. Esse amálgama está sendo estudado sob os mais diversos ângulos e dentro das mais variadas perspectivas. Enfim, dispomos hoje de excelentes estudos sobre o assunto da religiosidade popular.

Esse modesto estudo pretende contribuir com uma apresentação sobre a importância fundamental da religiosidade popular nas origens do cristianismo. Penso que a distância histórica, ao mesmo tempo que obscurece os detalhes, realça as grandes formas, ou seja, o que tem importância para nossos trabalhos hoje. Montanhas altas só se destacam na paisagem quando vistas de longe. Por isso convido você, leitor(a), a viajar comigo nestas páginas até os primeiros

tempos do cristianismo, para verificar como aí funcionava a religiosidade popular e a importância que ela teve na formação do cristianismo tal qual se apresenta ainda hoje. Não vamos nos deter em detalhes. O que nos interessa é saber o que existe *por trás* das imagens e dos ritos. Queremos conhecer o motor que impulsiona a primeira religiosidade cristã. Pois é disso que se trata, afinal.

1. Expansão sensacional do cristianismo nos primeiros séculos

Quem estuda as origens do cristianismo fica impressionado com a expansão sensacional do movimento cristão nos primeiros séculos. Nascido na humildade da Palestina, o movimento alcança, já no decorrer do século I, a Síria, depois penetra na Ásia Menor, espalha-se no delta do rio Nilo e nas terras litorâneas do Mar Mediterrâneo (Grécia e Itália). No decorrer do século II, o cristianismo penetra no interior da Síria e chega à longínqua cidade de Edessa, na margem direita do rio Eufrates. A partir de suas bases na Ásia Menor, chega às regiões da Capadócia e da Armênia, atravessa a África do Norte (Cartago), sobe o rio Nilo até a terra dos etíopes (acima da sexta catarata do rio). Do outro lado do mundo mediterrâneo, penetra pelo rio Ródano e daí se espalha pelos vales da Gália (atual França) e da península ibérica (Espanha). Essa rapidez impressiona, se consideramos as condições de viagem da época e os poucos recursos de que dispõem os cristãos. Fica a pergunta: de onde provém tão extraordinário desenvolvimento em tão pouco tempo? Qual o segredo de tão rápida expansão?

2. Razões tradicionalmente aduzidas para explicar essa expansão

Os livros clássicos costumam aduzir principalmente quatro razões para tão impressionante sucesso do movimento cristão: o martírio, a santidade, os milagres, a evangelização. Acontece que cada uma dessas explicações pode ser questionada. Os que falam numa “igreja dos mártires”, por exemplo, esquecem que o número de mártires vitimados pelo sistema romano foi bem menor do que se afirma frequentemente e que só em curtos períodos houve perseguições sistemáticas. Decerto, a igreja não era bem-vista pelas autoridades, e as comunidades estavam sempre expostas a eventuais *pogroms* (perseguições de caráter local). A qualquer momento, os cristãos podiam ser chamados para interrogatórios vexatórios e então eram humilhados perante as autoridades, mas isso ainda não é bastante para se falar em “igreja dos mártires”, da maneira que alguns autores escrevem. Afinal, morreram mais testemunhas de Jeová nos crematórios nazistas da última guerra mundial (por volta de 3 mil) que cristãos em todo o período da “perseguição da igreja”. Quanto ao argumento de que a expansão do cristianismo se deva à “evangelização” (no sentido que atualmente damos ao termo), não possuímos documentos históricos que comprovem isso. O primeiro documento histórico a mencionar um “evangelizador”, ou seja, um missionário que consiga reunir em torno de si pessoas para ouvir o que ele tem a dizer, é um sermão que o padre da Igreja Gregório de Nissa pronunciou em 380 (portanto, já no final do século IV), sobre seu parente Gregório o Taumaturgo, que trabalhou entre camponeses no Ponto Euxino. A imagem do evangelizador que

“Desde as suas origens, a novidade do cristianismo não deve ser procurada em megaprojetos, mas em trabalhos humildes.”

fala alto em praça pública ou monta um púlpito para proferir um sermão não corresponde a fatos históricos, pelo menos nos primeiros séculos. Quem desejaria ouvir um cristão naqueles tempos? Quem estaria interessado em ouvir falar de uma religião considerada inferior, proveniente do judaísmo, pelo menos na opinião do público romano? Quanto à pretensa santidade dos primeiros cristãos, a história de Judas já mostra que eles não eram mais santos que os de hoje. Finalmente, nós sabemos, por meio do aprimoramento da análise literária crítica, que histórias mirabolantes sobre extraordinários milagres praticados pelos apóstolos e pelos primeiros cristãos, e que por muitos séculos circulavam intensamente no seio do cristianismo, não merecem confiança enquanto fontes históricas.

3. O que foi então que provocou a expansão do cristianismo?

Será que essa expansão se deve a fatores relacionados com a religiosidade popular? Até pouco tempo atrás, era difícil responder a essa pergunta, pois a historiografia cristã estava principalmente baseada no estudo de fontes escritas. Ora, essas fontes praticamente nunca abordam a religiosidade dos primeiros cristãos. Os escritos sobre as origens do cristianismo não costumam mostrar interesse pelo que se passou entre o povo comum. Nem o filósofo judeu Filo de Alexandria, nem o historiador judeu Flávio Josefo informam algo sobre a religião do dia a dia. E historiadores romanos como Tácito e Suetônio só mencionam o cristianismo quando descrevem acontecimentos sensacionais, como o levante na Alexandria nos anos 39-41 ou o incêndio de Roma nos tempos de Nero (65). Aliás, é regra geral: intelectuais não costumam mostrar interesse pelo que se passa no meio do povo comum e anônimo. A “plebe” não retém a atenção de filósofos como Platão, Aristóteles, Cícero ou Sêneca, ou de

intelectuais proeminentes como Galeno, Plotino ou Marco Aurélio. Esses “humanistas” dão a impressão de que a história é feita pelas classes dirigentes. Nem mesmo autores cristãos como Justino, Ireneu, Tertuliano, Cipriano, Clemente de Alexandria ou Orígenes descrevem o que se passa entre cristãos comuns. Eles também pertencem à elite letrada e não se mostram interessados em saber o que se passa no meio do povo.

Felizmente, dispomos hoje de bons estudos históricos baseados na arqueologia, e a tendência é que a qualidade desses estudos ainda melhore no futuro. A arqueologia vem se tornando um recurso sempre mais utilizado nos estudos das origens do cristianismo. Atualmente, dispomos de informações que resultam de pesquisas arqueológicas realizadas em muitos lugares onde viviam os primeiros cristãos, não só em metrópoles como Roma, Alexandria e Antioquia, mas também em pequenos vilarejos espalhados pela atual Turquia ou Síria ocidental. Esses dados arqueológicos abrem um panorama novo e inesperado, pois não estamos acostumados a estudar as origens do cristianismo focalizando a vitória de Cristo sobre Asclépio e/ou de Maria sobre Ísis.

4. Cristo vence Asclépio

Escavações arqueológicas comprovam que durante os longos sete séculos entre o final do século V a.C. e o século III d.C., Asclépio foi a divindade mais venerada em todo o território pan-mediterrâneo. Ficamos impressionados com o número de templos dedicados ao deus medicinal, desde o Oriente médio ao ocidente mediterrâneo. A razão é que Asclépio é o primeiro deus do panteão grego que desceu do repouso esplêndido no monte Olimpo para se envolver com a dor da humanidade. Chegando à terra, entre os mortais, Asclépio sentiu pena ao constatar a morte prematura de tantas criaturas humanas

e os grandes problemas de saúde enfrentados pelas pessoas. Ele ganhou rapidamente a preferência popular. Os doentes vinham de longe fazer suas “incubações” em algum templo de Asclépio. Passavam a noite deitados numa maca, dentro do recinto do templo, na esperança de ter um sonho com Asclépio e assim recuperar a saúde. A devoção generalizada em torno de Asclépio é uma prova cabal do pouco caso dado pela administração romana a questões de saúde pública. Os doentes ficavam abandonados à própria sorte: 80% da população vivia em condições muito precárias, seja por doença ou deformação física, seja ainda por trabalho escravo exaustivo ou violência. Os documentos escritos só registram dados esparsos sobre esse dado fundamental que nos mostra como funcionava a antiga sociedade romana. Assim, sabemos, por exemplo, que um escravo normalmente não vivia mais que 25 anos e que na época de Jesus, em média, um terço das crianças que conseguiam sobreviver ao parto morria antes de completar seis anos de vida. Cerca de 60% dessas crianças estariam mortas aos 16 anos, 75%, aos 26 anos, e 90%, aos 46 anos. Apenas 3% das pessoas atingiam a idade de 60 anos. Eis o que explica o sucesso de Asclépio.

Mas a mesma arqueologia que nos revela a importância de Asclépio nos revela como, a partir do século II d.C., começa a aparecer, dentro de templos tradicionalmente dedicados a Asclépio, a figura de Cristo. São invocações gravadas em pedras ou grafites sobre paredes. Mais: aparecem igrejas cristãs que são na realidade acomodações improvisadas de antigos templos dedicados a Asclépio. Pedras com invocações a Asclépio são reviradas, e nelas se inscrevem doravante invocações dirigidas a Cristo. Tudo isso mostra que Cristo começa a rivalizar com Asclépio no favoritismo popular. As incubações tradicionais começam a se realizar em igrejas cristãs, que, dessa forma, parecem enfermarias. Esse

movimento inicia-se entre a população pobre das grandes cidades (Roma, Alexandria, Antioquia) e daí se divulga pelo interior. As escavações demonstram que o fato é global e se verifica por toda a extensão do Império Romano: Cristo vai aos poucos substituindo Asclépio, num processo que demora séculos e culmina, no ano 381, com a proclamação oficial de Cristo como “salvador do povo romano” pelo imperador Teodósio. A partir desse momento, Cristo reina soberano sobre o imaginário ocidental e não encontra mais nenhum rival à sua altura.

5. Maria vence Ísis

Na mesma época, uma evolução parecida acontece no universo feminino. Até o século II d.C., a imagem de Ísis reina soberana sobre o imaginário pan-mediterrâneo. A história dessa deusa começa no Egito, onde sua origem se perde nas brumas do passado. Mas já no século III a.C. verifica-se como Ísis incorpora gradativamente as demais divindades femininas do Oriente Médio e da bacia mediterrânea, como Cibele, Demeter, Magna Mater, Mater Deum Magna e outras. Seu poder de assimilação é tão forte que, numa inscrição da época, ela ganha nada menos que 320 predicados e, aos poucos, se torna a única “rainha do céu”. Só não consegue assimilar Vênus, símbolo do amor livre. Ísis usa os meios de transporte mais modernos da época. O culto à deusa cruza de barco o mar mediterrâneo e penetra nos grandes rios, como o rio Danúbio. Comerciantes internacionais e marinheiros a transportam por toda extensão do mundo romano. Na proa de um barco daqueles tempos ainda se pode ler hoje a inscrição latina *una quae es omnia dea Isis* (você é tudo, deusa Ísis). Ísis viaja de barco e de canoa, em dorso de cavalo e jumento, alcança lugares tão distantes como a fronteira do Reno ou a muralha de Adriano na Britânia (Inglaterra). Em todos

esses lugares, ainda hoje se encontram estatuetas de Ísis sentada num trono com seu filho Horus nos braços. É a imagem da mãe carinhosa, que protege seu filho e demonstra o cuidado que as pessoas têm com a maternidade, a procriação, a proteção da natureza e a educação dos filhos.

Mas aqui, mais uma vez, a arqueologia nos reserva surpresas. Escavações nos mais diferentes sítios do universo romano da época mostram, a partir do século II, estatuetas de Ísis que parecem intencionalmente quebradas e ruínas de igrejas toscas construídas em cima de templos dedicados a Ísis. Isso indica que templos tradicionalmente dedicados a Ísis passam a ser aproveitados para venerar a figura de Maria. O mundo está encontrando uma nova figura feminina representativa em substituição de Ísis. Pois o que é a imagem de Nossa Senhora com Jesus no colo senão uma apropriação cristã da imagem de Ísis que cuida de seu filho Horus? Para conseguir essa proeza, Maria pode contar, desde o início, com o apoio de intelectuais cristãos letrados como Hipólito, Tertuliano, Justino e outros e, principalmente, com o apoio das autoridades. Constantinopla (330), a nova capital do império, inaugurada em 330, por exemplo, já conta com um número considerável de santuários dedicados a Maria. Aqui também a data definitiva é 381, quando o imperador romano Teodósio invoca Maria sob o nome de “mãe de Deus”, um nome tradicionalmente reservado à deusa Cibele. É verdade que a devoção a Ísis ainda resiste por diversos séculos, mas quando o imperador Justiniano, em 560, manda fechar o último templo dedicado a Ísis, um ciclo histórico chega ao fim.

“É a pressão da religiosidade popular que empurra os bispos a reconhecer a relação entre devoção e problemas que afetam as pessoas pobres.”

6. Os bispos demoram a perceber a força da religião popular

O que impressiona é que os bispos demoram em perceber a importância de toda essa movimentação no âmbito da religiosidade popular. Eles pensam em outras coisas. Mas quando eles se reúnem em Niceia (325), na residência de verão do imperador Constantino, para sua primeira grande assembleia geral, eles percebem que não há mais como fugir da realidade: quem toma conta de Cristo e de Maria é o povo. É a pressão da religiosidade popular que empurra os bispos a reconhecer a relação entre devoção e problemas que afetam as pessoas pobres (doença, marginalização, penúria, morte). Os sinais são por demais visíveis: Hércules cede diante de São Miguel nas artes da guerra, e Apolo, diante de São Sebastião na luta contra a peste. Então, é antes por considerações pragmáticas que os bispos aceitam o protagonismo da religiosidade popular na configuração histórica da instituição cristã. Como estão convencidos de que precisam manter as rédeas do movimento em mãos, eles se preocupam em apresentar aos fiéis imagens de Jesus e Maria que não entrem em choque com a fé do povo. Entre os séculos IV e VI, por exemplo, eles se reúnem reiteradas vezes para chegar a um acordo sobre como apresentar melhor a figura de Cristo ao povo. Sua principal dificuldade parece ter sido a aceitação da denominação “mãe de Deus”, que o povo teima em atribuir a Maria. A expressão lhes soa mal, já que na época designa a deusa pagã Cibele. Temos de esperar até a assembleia episcopal de Éfeso, em pleno século V (431), para encontrar um documento que aceite a formulação “Maria, mãe de Deus”. Os bispos hesitam, pois não encontram no novo testamento

nenhum indício do lugar tão proeminente de Maria na história de Jesus. Mas os devotos de Maria não deixam por menos e exercem uma pressão considerável sobre a assembleia de Éfeso, como comprovam documentos da época. Finalmente, por considerações antes políticas que propriamente evangélicas, os bispos acabam chegando a um acordo acerca da devoção a Maria. Já está na hora. Se não aceitam as expressões da fé popular, os bispos arriscam perder o chão sob os pés e isolar-se de seus próprios fiéis. Isso significa que a sobrevivência da instituição eclesiástica depende da aceitação popular. Dito em outras palavras, a instituição, da maneira como funciona concretamente, tem de ser considerada uma criação da religiosidade popular. Para os bispos, não é tão fácil aceitar isso, mas não há como fugir da evidência. Inclusive, o povo sustenta financeiramente a hierarquia e lhe confere prestígio e honorabilidade. Aceitar essa dependência estrutural exige uma boa dose de humildade por parte do episcopado. Mas não existe alternativa. Afinal, o que é um bispo sem a religiosidade popular? Podemos fazer a mesma pergunta hoje em relação ao papa: o que seria dele sem a religiosidade popular? Penso que no futuro, com o avanço dos estudos históricos e críticos, será mais fácil aceitar essa verdade: sem a religiosidade popular, a igreja não se sustenta. A partir dessa compreensão, a afirmação “a igreja é o povo de Deus”, hoje tão controversa, um dia será aceita como uma evidência.

7. O que se passa por trás da religião e dos ritos?

Para avançar em nossa reflexão, temos de cavar mais fundo. O que existe por trás da religião popular? Qual a vida vivida que se

expressa em símbolos, imagens, gestos e ritos? Concretamente, qual a razão por que as pessoas, a partir do século II, começaram a preferir Cristo a Asclépio e Maria a Ísis? A resposta que se impõe é a seguinte: o movimento cristão consegue articular, dentro da sociedade romana, uma rede associativa de socorro a prementes necessidades humanas, e nisso se mostra mais eficiente que as tradicionais iniciativas tomadas em nome de Asclépio ou Ísis. Cristo e Maria são mais “eficientes” que Asclépio e Ísis. Essa maior eficiência provém do fato de que o movimento cristão cava mais fundo nos pressupostos da desigualdade social existente no Império Romano. Em seu texto “A antiguidade tardia” (que

faz parte do livro *História da vida privada*, editado pela Companhia das Letras de São Paulo em 1990), o historiador irlandês Peter Brown descreve em pormenores de que modo a sociedade romana é fundamentada no postulado de um inexorável e intransponível distanciamento social entre os “bem-nascidos” e seus inferiores (na maioria, escravos). É aqui que se percebe a radical novidade do cristianismo, que parte do pressuposto contrário: somos todos iguais diante de Deus. Mais ainda: Deus prefere os pobres, como fica claro nos textos do novo testamento. Essas ideias têm enorme influência pelo fato de que as primeiras gerações cristãs vivem em contato direto com categorias sociais marginalizadas, onde violência, injustiça e mesmo suicídio (por desespero) são tristes ocorrências da vida diária. Tendo uma comunidade cristã por perto, os pobres sabem para onde se dirigir em suas necessidades de saúde, maternidade, educação dos órfãos, amparo às viúvas, cuidados com os mais velhos, atendimento aos presos, sepultamento digno. A

**“Penso que no futuro,
com o avanço dos estudos
históricos e críticos, será mais
fácil aceitar essa verdade:
sem a religiosidade popular,
a igreja não se sustenta.”**

montagem de uma estrutura para socorrer pessoas humildes em suas prementes necessidades, submergida nos subterrâneos da história, constitui, pois, a real novidade do cristianismo emergente, da qual as manifestações de religiosidade popular são a expressão visível. As vitórias simbólicas de Cristo e de Maria são na realidade vitórias do povo analfabeto na sua luta por dignidade e bem-estar. O mais impressionante é que esse movimento consegue introduzir a figura de Maria, que não encontra muito realce nos textos do novo testamento, na intimidade do próprio Deus. Ela sobe ao céu, é acolhida pela santíssima trindade e fica sentada no trono, como rainha do céu e da terra.

8. No mundo dos símbolos, nenhuma vitória é definitiva

O tipo de análise que fazemos aqui evita um erro comum na interpretação do cristianismo das origens. Quem afirma que os primeiros cristãos, os anônimos, lutavam contra o paganismo, está equivocado. Pode ser que os bispos estivessem engajados numa luta desse tipo, mas os cristãos anônimos, não. Eles não lutavam especificamente contra o paganismo, mas sim contra os males que afligiam a vida humana. Era uma luta positiva a favor da vida, da saúde, da dignidade. É perfeitamente compreensível que os atendentes nos templos de Asclépio estivessem tão empenhados em lutar pela saúde de seus pacientes quanto seus colegas cristãos. Assim, no fundo, não há incompatibilidade entre Cristo e Asclépio. Só que Cristo, pelo menos a partir do século II, se mostra mais eficiente. Mas isso não significa que possamos rasgar os longos séculos do paganismo das páginas da história. Os longos séculos, em que pessoas cuidavam de doentes por devoção ao deus Asclépio, foram sucedidos por outros séculos (cristãos) em que pessoas, igualmente empenhadas na luta contra a doença, invocavam a

Cristo. Os séculos em que mulheres parteiras se empenharam na luta contra a mortalidade materna em nome de Ísis foram seguidos por séculos em que se fez esse mesmo empenho em nome de Maria, nas casas e maternidades cristãs. Acontece que, no universo dos símbolos, nada é definitivo. Por exemplo, algumas igrejas neopentecostais introduzem formas de devoção semelhantes a formas católicas e que atraem muitos fiéis, como o “jejum das causas impossíveis”, da Igreja Universal do Reino de Deus. Por conseguinte, a novidade do cristianismo não tem de ser procurada no nível dos símbolos, ou seja, das imagens ou dos ritos, mas no nível de uma ação eficiente no campo das relações sociais e políticas. Os primeiros cristãos, ao combaterem os deuses, na realidade combatiam a falta de sensibilidade pela humanidade sofredora. A mesma lei hoje vale para o candomblé e muitas outras expressões religiosas. O sincretismo, sempre mal compreendido pelos que têm a ilusão de pensar que a luta se trava no nível da religião, ou seja, dos símbolos, expressa no fundo uma movimentação nos relacionamentos reais de ordem social e política.

9. A eficácia de uma ação modesta

Este trabalho quebra uma lança a favor da ação persistente e modesta na base da sociedade. Um bom trabalho pastoral sempre consistirá no aproveitamento das brechas existentes nos sistemas simbólicos, políticos e sociais em que vivemos, no intuito de abrir oportunidades iguais para todos. Desde as suas origens, a novidade do cristianismo não deve ser procurada em megaprojetos, mas em trabalhos humildes. Eis uma das mais importantes lições que podemos tirar de um estudo das origens do cristianismo. O jovem movimento de Jesus não embarca em grandes projetos, não participa de sucessivos levantamentos contra Roma que sacudiram a Palestina da época, tanto nos anos 67-70 como

mais tarde, no ano 135, com a revolta palestina liderada por Bar Kókeba, que custou a vida a quase meio milhão de pessoas. Os seguidores de Jesus preferem projetos concretos, miniutopias realizáveis. Em grandes metrópoles como Alexandria, Roma ou Antioquia, os cristãos organizam um serviço de acolhimento aos estrangeiros que procuram trabalho na cidade. Os recém-chegados sempre podem ir à casa do bispo cristão, hospedeiro por excelência, como você pode ler em meu livro *Hermas no topo do mundo* (Paulus, 2002), um comentário de um dos primeiros escritos cristãos, redigido por um ex-escravo chamado Hermas. Esse Hermas conta que os imigrantes em Roma encontram na casa do bispo a mesa posta e um abrigo para os primeiros dias de sua permanência na grande cidade. Em algumas comunidades há um serviço regular de alimentação e hospedagem para necessitados, viúvas e órfãos. Organiza-se uma caixa de dinheiro comunitário destinado a casos de urgência (como atesta o escritor Tertuliano). Em dias de jejum, as pessoas oferecem gêneros alimentícios. Outro serviço bem organizado é o do enterro de falecidos. São beneficiados não só os da comunidade, mas os vizinhos em geral. Os cemitérios cristãos chegam a ser tão famosos que no século III temos um papa (Calisto) que foi administrador dos cemitérios cristãos em Roma. Quando alguém adoece, pode contar com visitas regulares. Nos melhores casos, pode encontrar um lugar tranquilo para se recuperar. Na hora de interrogatórios pelas autoridades, os cristãos se dão mutuamente apoio moral. Procuram manter

o moral quando acontece um *pogrom* ou alguma investida de hostilidade por parte de grupos e autoridades. Há um serviço de visita aos presos e, em certos casos, um amparo psicológico para os que, desesperados, tentam o suicídio. Tudo isso está documentado no pastor de Hermas. Estamos diante de um cristianismo “de mãos calejadas” e quase nenhuma escrita, de mãos habituadas a lidar com mesa e cozinha, fuso e agulha, enxada e arado, na fonte, na oficina do pisoeiro e do trabalhador na lã, mãos de trabalhadores no campo e na cidade, de escravas domésticas nas casas senhoriais. Com um rol tão impressionante de serviços no campo social e humanitário, é de se compreender que o cristianismo tenha recebido em relativamente pouco tempo um sólido apoio popular. E esse apoio se expressa simbolicamente na religiosidade popular.

Resumindo: não pensemos que o cristianismo se tenha divulgado por meio de uma “evangelização” planejada e liderada por bispos, sacerdotes ou diáconos. Essa é uma falsa imagem das origens cristãs. O cristianismo não venceu tampouco pela pregação, nem pelo testemunho destemido de mártires, pela santidade de seus heróis, pelas virtudes ou milagres de seus santos. Venceu, isso sim, por uma atuação persistente e corajosa na base do edifício social e político da sociedade, assim como ainda hoje vence à medida que apresenta resultados positivos na vida das pessoas. Os resultados sempre foram e continuam sendo limitados e bastante modestos, mas, mesmo assim, fundamentais para evitar absurdos maiores numa sociedade que por vezes parece mais uma casa de loucos. ●

Inculturação da fé cristã na religiosidade popular

Gilbraz Aragão

Conhecer os valores, perspectivas e limites da fé popular, inculturar-se nela e aprofundar sua catequese colabora para o enfrentamento da dificuldade que sentimos em nossa Igreja católica, no sentido de articular, entre si e com a fé popular, as duas espécies de testemunho profético que podemos oferecer ao mundo: o de tendência mais sociopolítica e o de tendência mais mística.

Gilbraz Aragão, Doutor em Teologia pela PUC-RJ, mestre pela PUC-SP, graduado em Filosofia e Teologia e professor da Universidade Católica de Pernambuco, onde atua na área de Teologia e Ciências da Religião – cujo mestrado coordena.

E-mail: gil_braz@uol.com.br.

1. Colocando o problema

Como é a cultura – e religiosidade – do povo brasileiro e quais os caminhos para dar continuidade à inculturação da fé cristã em seu meio? As religiosidades do nosso povo, engendradas de sincretismos com base católica, condensam a sua cultura oprimida. Elas formulam experiências de cunho místico e com uma exuberância de ritos, não obstante a estrutura singela de crença: a devoção de cada um a determinado santo, de quem se recebe proteção divina.

No cotidiano do pobre, confundem-se a vida do corpo e a vida do grupo, o trabalho manual e as crenças religiosas. O que caracteriza a cultura popular é o fato de ser muito grupal, mas resguardar um espaço privatizado para a fé, de valorizar tanto materialismo como animismo, possuindo uma visão cíclica da existência que remonta à vida rural e interpreta tudo pelos ciclos da natureza. De forma que o homem pobre, no interior ou no subúrbio, conhece o uso da matéria, mexe

com a terra ou com instrumentos mecânicos que são seu meio de sobrevivência. Por isso ele é realista, prático, sabe até onde pode agir, mas, ao mesmo tempo, recorre a uma força superior que se desdobra em entidades carregadas de energia (os santos e espíritos).

Conjuga-se, assim, o realismo material com um universo mágico, ora benéfico, ora maléfico, cheio de azares e sortes, simpatias e maus-olhados, concretizando-se em imagens, fitas e amuletos.

Como evangelizar esse “espírito religioso” brasileiro? Sua base psicossocial é a matriz familiar e maternal e, para além das formas religiosas institucionais e dos santos católicos, ele pede sempre soluções extraordinárias e privatizadas para problemas individuais ou familiares, aposta no transcendente diante das ameaças que o aconchego vital do povo sofre da natureza e, principalmente, da sociedade dominante. Nossas comunidades cristãs devem se aproximar solidariamente dos pobres, descobrindo então essa sua fé, seu núcleo cultural de valores e sentidos, para aí mostrar a presença do Espírito de Deus, as “sementes do Verbo”, e depois ir catequizando o que vem de encontro ao mandamento cristão da fraternidade humana e da abertura mística para um Deus maior.

A felicidade e autonomia de um grupo humano são sempre uma conquista sua, mas podem encontrar um polo dinamizador da própria emancipação no diálogo missionário calcado em relações de simetria sociocultural e de respeito teológico. A fé popular em um Deus criador e sustentador da vida e do mundo, através dos seus espíritos e santos, é um alento à necessidade que o povo tem de recriar a existência, e cabe ao próprio povo cuidar e/ou transformar esse patrimônio

religioso; mas a tradição cristã, com a sua teologia, pode ajudar, no processo de inculturação, a redimensionar a fé popular e desenvolver a sua antropologia teológica no sentido de uma maior integração entre as dimensões de matéria e espírito – tornando, assim, mais integrada a experiência de Deus e a vida mesma do povo.

Esse processo pode colaborar, ao mesmo tempo, para o enfrentamento da dificuldade que sentimos em nossa Igreja católica, no sentido de articular, entre si e com a fé popular, as duas espécies de testemunho profético que podemos oferecer ao mundo: o de tendência mais sociopolítica e o de tendência mais mística.

Diante da religiosidade tradicional teocêntrica (que aponta para seres intermediários, santos, na busca das bênçãos de um Deus –

“Pai” – por vezes distante, para corpos alquebrados num “mundo perdido”), o cristianismo de renovação, mais antropocêntrico, cria Comunidades Carismáticas e Movimentos Espirituais que visam a uma experiência psicológica e íntima do Espírito de Deus na própria pes-

soa, atestando, pois, os dons da presença vivificante do Deus vivo no mundo. Por sua vez, o cristianismo de libertação, mais historicocêntrico, criou as Comunidades Eclesiais de Base e as Pastorais engajadas: elas criam uma espiritualidade em torno do seguimento do Senhor Jesus na práxis histórica libertária, questionando assim os senhores deste mundo injusto e militando gratuita e vigorosamente por um mundo melhor.

Essas tendências dos grupos de renovação e de libertação excluem-se mutuamente com frequência – quando o que deveriam fazer é interpelar-se criativamente, para que a Igreja seja mais trinitária e consiga

“As tendências dos grupos de renovação e de libertação excluem-se mutuamente com frequência – quando deveriam interpelar-se criativamente.”

uma penetração mais evangélica na religiosidade popular.

2. Recuperando a história

Encontra-se por dentro das expressões religiosas populares a experiência de submissão a um Deus transcendente, criador e recriador da vida, cujo poder se manifesta nas “leis eternas” da natureza e da sociedade – que é vista como que naturalizada e se encontra igualmente sob a proteção e controle dos “santos”. Por outro lado, mostra-se também, e paradoxalmente, a reivindicação de dignidade por parte de um homem que clama “Deus é Pai, não é padrasto!”.

Como ajudar a fé popular a ativar os seus conteúdos teológicos, a desenvolver os melhores sentidos cristãos que o Espírito plantou – através, apesar e para além da Igreja, certamente – ao longo da história do nosso povo? É certo que, a partir do catolicismo popular, o recurso mágico ao santo pode também ser seguimento da sua vida exemplar e libertadora, levando a uma experiência religiosa mais rica e salvífica, a uma abertura para um Deus maior e mais próximo, mais animador e esclarecedor do compromisso com a fraternidade humana cada vez mais ampla.

Como tocar o povo, que muitas vezes vem apenas querendo saber o que Deus tem para lhe dar, no sentido de perceber que pode muito mais é dar-se a Deus, comprometendo-se na realização do seu Governo sobre o mundo?

É possível passar da dependência simbólica do milagre extraordinário e “sobrenatural” que traz benefício do “santo” para a crença – simbolicamente ativada – na possibilidade de sermos igualmente “santos” e capazes de fazermos das nossas vidas um milagre, “mais-que-natural”, para a vida dos outros – pelo amor, que é (de) Deus! Mas antes de recuperar e desenvolver essa fé popular, dentro do processo de inculturação

Siga o exemplo de fé de Maria

244 págs.

Maria tão plena de Deus e tão nossa

Kathleen Coyle

Várias questões instigaram a professora Coyle a pesquisar mais a respeito de Maria, a Mãe de Jesus, cujo culto acalenta a imaginação religiosa de milhares de cristãos.

728 págs.

Mariologia social

O significado da Virgem para a Sociedade

Clodovis Boff

Fr. Clovis M. Boff nos oferece no presente livro uma visão bem articulada da problemática que ele mesmo chamou de “Mariologia Social”.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

PAULUS

Imagens meramente ilustrativas.

do cristianismo, vamos realizar um levantamento histórico-descritivo desse catolicismo sincretizado no meio do povo (cf. Azzi, 1978; Oliveira, 1985).

As irmandades e confrarias, voltadas para a celebração do culto e das devoções aos santos e almas, foram o principal suporte da religião no Brasil. Eram grupos de leigos, autônomos em sua atividade religiosa, que organizavam e abrihantavam as festas nas quais o padre era convidado, para dizer missa e fazer “desobriga”.

Nos outros dias do ano, até fins do século XIX, as práticas religiosas eram de âmbito familiar ou pessoal: os oratórios domésticos e os velórios, os cruzeiros para mortos, as curas dos benzedores. Nesses momentos, as pessoas com mais qualificação dirigiam as celebrações e as romarias (e, às vezes, as bruxarias e blasfêmias), que os portugueses trouxeram da sua Idade Média.

E as correspondências simbólicas eram grandes entre o culto aos santos e o prestado às divindades intermediárias dos escravos africanos, além do que os indígenas também acreditavam na existência de espíritos, em um culto de santidade. De forma que esse conjunto de práticas e crenças luso-afro-brasileiras é ainda patrimônio de 10% a 20% dos católicos.

O catolicismo caracterizado pela paróquia com a missa dominical cheia de gente, pelas associações pias e festas do mês de maio e do padroeiro, pelas procissões e pelo vigário de batina, enfatizando a piedade e a moralidade, é um catolicismo implantado no Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

A estratégia dos bispos reformadores e do seu clero era desvalorizar os leigos, principal-

mente substituindo as devoções aos santos tradicionais por outras que na Europa combatiam o liberalismo anticlerical: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora Auxiliadora e o Sagrado Coração de Jesus. Daí surgiu o Apostolado da Oração, que estatutariamente coloca o vigário na diretoria, a exemplo das demais associações para leigos fundadas na época (Filhas de Maria, Liga Católica, Cruzada Eucarística). Até as antigas Irmandades foram passando para o controle paroquial, como as do Santíssimo; reduzindo-se à beneficência para os próprios membros, como as Ordens Terceiras; ou transformando-se em entidades mantenedoras, como as Irmandades de Misericórdia.

Ao mesmo tempo, festas como a da Coroação de Nossa Senhora vieram substituir as

Folias de Reis e do Divino, Procissão das Almas e as Festas Juninas. Trazendo as imagens dos oratórios para os templos paroquiais, o clero tornou-se o principal festeiro, dirigindo os cantos, as novenas e rezas, além da administração. Para isso, os vigários contaram com a força das “missões popula-

res” e com a ajuda de congregações, como os redentoristas e salesianos, que substituíram ermitões dos centros de romaria. Mas se tal “romanização” (cf. Teixeira, 1988, p. 53s) chegou a estabelecer novas estruturas eclesíásticas, contudo, as escolas, sacramentos paroquiais e associações piedosas só atingiram 10% a 20% dos católicos.

A maioria da população, conservando elementos da tradição antiga, reinterpretou o catolicismo romanizado. Assim, cerca de 70% a 80% dos católicos brasileiros praticam sua religião de modo privatizado e/ou em comunidades de “cura divina”, muito inconstantes e abertas ao sincretismo. O núcleo é a devoção aos santos, não somente os canonizados, mas

“Como ajudar a fé popular a ativar os seus conteúdos teológicos, a desenvolver os melhores sentidos cristãos que o Espírito plantou.”

também as denominações locais e familiares (crianças assassinadas) e santos anônimos (almas vaqueiras ou benditas). Além do que, em cada imagem, ainda que do mesmo santo, há um santo diferente: carregado com outros poderes de intermediação para o Deus, criador, todo-poderoso.

A espiritualidade resultante, de todo modo, é milagrosa e penitencial, perdura mesmo na vida secularizada das periferias urbanas, para onde migra a maioria do povo, muito embora existam dificuldades em ser socializada entre as novas gerações. Ela continua marcada pela mística ibérica do século XVI, de forma que há um sentido forte da ação de Deus (Providência) em todos os momentos e um apreço pela humanidade empobrecida e humilhada – principalmente no presépio e na paixão – do santo maior, Cristo, que se liga à aceitação do sofrimento humano e da morte.

3. Refletindo teologicamente

O que configura uma cultura é a linha de descontinuidade em relação a outro conjunto de padrões de comportamentos e sentidos. Cultura é a maneira particular como, num povo, são estabelecidas relações com a natureza, entre as pessoas e com o divino. Entende-se por cultura a totalidade da vida de um povo, regida pelo conjunto de valores que o animam e de contravalores que o debilitam. Transmite-se pelas gerações, de modo que todos estamos afetados, e mesmo condicionados pela cultura. Mas a cultura não é imutável, ela se forma e deforma continuamente.

E uma dimensão central da cultura é a religião. Pois se a cultura acaba oferecendo uma rede de significados, uma visão global e coerente do mundo e da realidade, a religião propõe aquilo que declara ser mais importante e definitivo para a vida das pessoas e da sociedade. De maneira que estão sempre se

relacionando, positiva ou conflitantemente, a cultura e a religião.

A ligação entre religião e cultura é intrínseca. Por conseguinte, o fenômeno da inculturação de uma nova religião deve ser considerado problemático, dado que a religião e a cultura não existem abstrata e isoladamente. Pelo contrário, da união de uma nova religião e uma velha cultura deveria nascer em realidade uma cultura nova e diversa (Pastor, 1982, p. 92).

Ocorre que muitas vezes a religião chega a depender absolutamente da cultura. Essa tendência de acomodação, aliás, que acaba comum a todo grupo religioso, explica por que muitas religiões têm se mostrado conservadoras através dos tempos, apesar da força reordenadora das suas intuições originais.

Numa religião cultural, um grupo humano reconhece a consagração da sua cultura. Esse grupo pede apenas à religião que ela ratifique, de modo solene e sagrado, os valores da cultura. Projeta-se na religião tudo aquilo que se deseja do projeto cultural. A religião torna-se então apenas um meio de absolutizar a cultura, com seus componentes econômicos e políticos (VVAA, 1979, p. 19).

A religião formaliza e socializa a experiência da fé de cada grupo. A fé envolve com símbolos sagrados uma aposta antropológica em valores e significações, oferecidos por um grupo de testemunhas. Enquanto as tradições religiosas transmitidas como cultura buscam primeiro o reconhecimento do sagrado como sobrenaturalmente eficaz e passam depois a adotar os valores implícitos nesse sagrado, a fé autêntica leva a aceitar valores humanos e a reconhecer depois seu sentido sagrado, absoluto.

A fé evangélica, por exemplo, não se fundamenta senão sobre a fraternidade humana inaugurada pelo testemunho da vida,

morte e ressurreição de Jesus, reconhecido como o Senhor. O cerne da fé cristã está em aceitar que nesse evento, Jesus Cristo, o mistério de Deus irrompeu na história e provoca em cada momento o compromisso com a vida dos irmãos.

A fé religiosa, ao ser compartilhada, deve ser capaz de tomar de sua tradição os elementos que libertam, de maneira que a tradição cultural e religiosa do outro possa ir sendo pouco a pouco transformada, à medida que seus elementos forem devolvidos em forma de equações energéticas mais ricas: “Não precisamente dando-nos por herança respostas feitas, e sim assumindo a tradição como um processo em que se aprende a aprender” (Segundo, 1985, p. 432).

A condição básica para um processo de inculturação religiosa, portanto, é reconhecer a necessária separação e a mútua influência entre fé e cultura e, ao mesmo tempo, admitir que o cristianismo não possui outra identidade senão o Espírito de Jesus Cristo e o sinal do amor fraterno moldado sobre o amor de Cristo, a ponto de se morrer pelos outros. Tudo o mais deve ser abandonado em vista de uma nova inculturação – e não há pregação do evangelho sem inculturação, sem diálogo entre a fé dos evangelizadores e aquela da cultura destinatária.

Se a revelação vai se “desvelando” num processo histórico de interpretação, podemos concluir que a inculturação da fé irá trazer novos elementos para a mesma, irá enriquecê-la com intuições e práticas novas. Não só toda a revelação cristã é inculturada, mas o próprio processo de inculturação aciona o desdobramento da revelação. Apenas cumpre lembrar aqui que o sujeito da inculturação é a comunidade de fé que vive num mesmo contexto sociocultural suas experiências salvíficas e que cria para exprimi-las uma linguagem própria (Miranda, 2000, p. 22).

Visto isso, e como em uma sociedade complexa existe o conflito entre várias culturas pela tentativa de se impor uma, a da classe dominante, sobre as demais, então a evangelização das classes populares e dos grupos alternativos, da religiosidade popular, enfim, passa também, obrigatoriamente, pelo despojamento cultural da fé e pela reinvenção religiosa – e praxica – do evangelho, consoante as alteridades populares.

A Igreja se identifica frequentemente com a cultura ocidental ou com a cultura das elites ou dos privilegiados quando está ausente a inculturação ou, se está, não tem compromisso libertador. Não basta inculturar ou indigenizar a liturgia, catequese ou teologia. É necessário examinar os mecanismos de dominação para participar na vida do povo e em sua luta por uma ordem social justa. A melhor maneira de estimular o processo de inculturação é a participação no combate dos deserdados por sua libertação (Floristán, 1986, p. 240).

O que caracteriza fundamentalmente a experiência religiosa popular é a aposta na solidariedade de Deus, através dos seus santos santos. Cabe à evangelização popular, portanto, valorizar a sabedoria das devoções e costumes do povo, em sua cultura intuitiva e plástica, mística e, paradoxalmente, realista; dando-lhe ao mesmo tempo a motivação evangélica da humanidade vivida por Jesus entre o “Menino Jesus” e o “Senhor Morto” – que já estão presentes na sua sensibilidade. E com isso deixar o povo ir ampliando a sua solidariedade para com próximo, as suas estruturas de vida e de religião.

No processo de inculturação da fé cristã na cultura e religiosidade do povo, no diálogo com a fé popular, há um aspecto delicado no tocante à antropologia religiosa – e daí na imagem de Deus – para o qual queremos chamar atenção e oferecer uma pista de enfrenta-

mento e superação. Trata-se do dualismo entre matéria e espírito, da divisão entre corpo e alma no entendimento do ser humano, com as suas repercussões religiosas, teológicas.

Quando se fala em “espírito” nesses meios, a ideia é de algo substancial, porém invisível, capaz de vida própria, em oposição à matéria e ao corpo. Essa atitude afeta a antropologia religiosa, visto que divide o ser humano, criado integralmente à imagem e à semelhança de Deus, numa entidade dupla, composta de corpo e alma, destinado a transcender o mundo material e, portanto, o corpo, na direção de um outro mundo, puramente espiritual. Acredita-se que, quando as pessoas morrem, o “espírito” ou alma sai do corpo e fica vagando por aí até encontrar o seu lugar, nem sempre definitivo, na economia “sobrenatural”.

Quando se aplica a essa metafísica popular o conceito cristão de salvação, a mensagem do evangelho fica reduzida à ordem “salva a tua alma”. Não entra a dimensão da sociedade e da política. Não existe geralmente nessa mística a percepção da unidade entre a forma material do humano e o divino e espiritual “hálito de vida”.

Mas as Escrituras nos mostram a pessoa de Jesus, o Cristo, na mais plena humanidade. Sua ressurreição não é a sobrevivência de um “espírito” ou de uma “alma”, mas a ressurreição do corpo. A referência à Igreja no Credo apostólico é feita precisamente no capítulo do Espírito Santo: “Crês no Espírito Santo, (presente) na santa Igreja para a ressurreição da carne?”. Quer dizer: o Espírito existe, especialmente na Igreja, para espiritualizar e ressuscitar a carne, o mundo, os nossos corpos. Ele não é contra a nossa humanidade e sim a favor da nossa divinização. E se os nossos corpos são para a ressurreição, deve haver neles as marcas da alegria criada por Deus.

A teologia da criação, aliás, pode ser o melhor fundamento para o avanço da práxis

Espiritualidade e comunhão com Deus

192 págs.

Ajudai a minha descrença

William J. O'Malley

Padre O'Malley fala sobre a necessidade de certeza, a virtude da dúvida, Igreja, ciência e demais temas que rondam o assunto.

264 págs.

Espiritualidade para insatisfeitos

José M. Castillo

O livro retrata a espiritualidade relacionada àquilo que nos afasta da vida e do mundo, da sociedade e dos assuntos urgentes que vivemos. Também apresenta o significado e a forma de viver uma espiritualidade correta.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

Imagens meramente ilustrativas.

de inculturação da fé cristã, mormente no seio da religiosidade popular. Primeiro, somente uma correta e adequada teologia da criação pode desfazer o dualismo existente para muitos entre fé e cultura.

Quer dizer, todas as culturas, também as culturas populares, e dentro delas as religiões do povo, dispõem de uma base comum que possibilita e desperta o encontro e o diálogo de fé. Deus criou – e cria! – gratuitamente o mundo para o seu amor, as criaturas todas existem e agem possibilitadas por Deus. A ação humana, que organiza cultura para defender e criar vida, é portanto mediação para a ação de Deus, de sorte que as culturas todas devem ser tomadas como locais da fala de Deus, da atuação do Espírito Santo, dos “sinais dos tempos”. Por mais desfigurada que esteja, a cultura tem a ver com o desejo de Deus, deve-se considerar nela uma Palavra de Deus.

A fé cristã oferece uma possibilidade de resposta à necessidade existencial de sentido para a vida (Forte, 1998, p. 11-64). Ela reconhece a origem da vida como mistério transcendente, colocado por um Outro, anterior e exterior ao mundo, e portanto causa da vida do mundo, fonte de inspiração e orientação para a defesa da integridade do mundo criado. A teologia da criação cristã nos impede de separar (dualismo) ou de misturar (monismo) o divino e o mundano, impede-nos de pessimismo diante do mundo e de presunção da razão, convidando-nos a ajardinar o mundo conforme os projetos (o “éden” bíblico) de Deus.

Sem confusão e sem separação, ama-se em Deus e Deus ama o mundo. Daí que a transcendência de Deus, enquanto revelado como amor, não implica em desprezo pelo mundo e pelo corpo, que ficam implicados no mistério da encarnação e da ressurreição.

Por fim, o ser de Deus não deve ser buscado em essência, porque ele se revela desde o ato criador, como liberdade amorosa. Pode-

mos perceber a Deus nos atos criadores do mundo, nas criaturas do mundo, sobretudo no Cristo encarnado em Jesus – para recriar todas as coisas. De maneira que o mistério das criaturas remete ao mistério de Deus, porque em todas elas age o Espírito Santo de Deus. O Deus da revelação cristã não é essência abstrata, mas comunhão de pessoas, que se manifesta no mundo, em alteridade amorosa – mesmo quando não é amado pelas criaturas, o que dá origem ao mal. Daí que interessa à fé cristã não somente as questões tidas como “espirituais”, da religião – e da nossa religião –, mas a dinâmica econômico-política, familiar e interpretativa da cultura como um todo – também das outras culturas.

4. Concluindo pastoralmente

A inculturação é um processo de abertura e emancipação da cultura pelo diálogo, que lhe permite continuar sendo ela mesma, mas em relação a outras. Nesse processo, tanto a cultura destinatária quanto a cultura do grupo de evangelizadores (re)descobrem o sentido profundo da oração, em nível individual ou comunitário, além do alcance humano – também ético e religioso – de problemas e desafios no plano social, político e econômico: “... Sobre o substrato mesmo oferecido pela cultura e numa evolução dialogal e dialética a partir dela mesma, ajuda-se a cultura a superar-se ou reorientar-se, numa fidelidade ao melhor de si mesma e numa encarnação e incorporação orgânica da mensagem evangélica” (Azevedo, 1986, p. 307).

O processo de inculturação pode ser descrito (Azevedo, 1986, p. 255-378) em quatro níveis. O ponto de partida é identificar a cultura, assumindo o que já é evangélico nela. Ou seja, os significados que defendem a vida humana e remetem à prática de Jesus Cristo. Outro nível é verificar o filão de pecado que emerge no mais profundo da cultura, questionando ou reorientando os valores incom-

patíveis com o Evangelho, numa linha coerente com a teleologia já implícita na cultura, com os fins que ela mesma se pautou. E existem basicamente dois critérios para distinguir o que é incompatível com o Evangelho: toda estrutura que destrói o homem e toda relação que o fecha à comunicação de Deus.

Um lance que vem a seguir é o da proclamação explícita da novidade da mensagem:

as dimensões da História da Salvação que a cultura ainda não traz. Dá-se então acento ao anúncio de Jesus Cristo, com o que ele revela sobre o homem e sobre Deus, sobre a relação entre ambos. Por fim, a Igreja deve anunciar-se também a si mesma, aceitando o convite à

coerência que lhe coloca a face do outro, acolhendo o surgimento de uma vivência cultural da fé – seja na ordem da prática social, da expressão simbólica ou da organização institucional. Surge assim a comunidade, fruto do anúncio e anunciadora.

Nos meios populares, aperfeiçoa-se essa metodologia de evangelização, pela inculturação libertadora da fé, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base e do seu jeito de fazer missão entre os pobres (cf. Azevedo, 1991; Brighenti, 1998). As Comunidades de Base representam a passagem do catolicismo popular privatizado para o catolicismo popular eclesial. As CEBs transformam o catolicismo popular, dando um sentido novo às suas festas e atitudes, projetando socialmente as exigências da fé. Ao mesmo tempo, são redescobertas antigas raízes do catolicismo popular, como a liderança leiga, a organização de base local e a ideia de que religião tem a ver com os movimentos sociais (cf. Comblin, 1980, p. 41s).

O projeto de inculturação popular da fé cristã já avançou bastante na dimensão

interpessoal e na dimensão grupal, mas na dimensão massiva continua descompassado. A pastoral de massa cria eventos coletivos e emocionais, onde se reafirmam as convicções do povo, através de símbolos, atos ou gestos. Uma ação de massa supõe, por um lado, a conquista da confiança das pessoas, através do testemunho efetivo de afinidade de interesses; por outro lado, exige também o bom

uso dos símbolos, pela atribuição de novos significados ou incorporação de novos elementos (Oliveira, 1988, p. 127).

O elemento central do catolicismo popular é a devoção aos santos. As CEBs abandonaram o culto privatizado aos santos protetores e enfatiza-

ram a Bíblia numa perspectiva cristocêntrica, ligada ao engajamento social a partir dos grupos e comunidades. Precisam agora, como fermento, propor à massa católica uma devoção aos santos que se realize comunitariamente e que tenha como referência santos companheiros de caminhada ou companheiros de caminhada e luta pela vida em quem se reconhece santidade.

Se as CEBs não conseguirem apresentar ao povo um modelo de santidade encarnado e socialmente engajado e não conseguirem equilibrar a sua referência a Deus, incluindo e relacionando, junto ao seguimento de Jesus Cristo, a abertura contemplativa e afetiva ao Espírito Santo, então a religiosidade popular certamente ficará entregue a uma cooptação nada evangélica do seu potencial. A religião popular, ganhando na cidade um contorno mais subjetivista de busca sensível e sentimental de força vivificante (visto que o Deus objetivo da natureza fica aí mais distante), acaba presa fácil do projeto religioso que é ensaiado pelos *shows* de padres, nos quais tem se transformado a memória de Nosso Senhor.

“Como tocar o povo, que muitas vezes vem apenas querendo saber o que Deus tem para lhe dar, no sentido de perceber que pode muito mais é dar-se a Deus.”

Esse tipo de evangelização pelo *marketing* simplesmente, no qual o *show*, especialmente o televisivo, substituiu a procissão de ontem, e figuras de padres cantores surgem como um frei Damiano para a cidade, parece, à primeira vista, sinal de inculturação, de diálogo entre a Igreja e a religião popular na sua face urbana atual. De fato, aí, Deus parece manifestar-se nas emoções do povo: “Jesus está aqui e me ama, me salva, me reconduz à saúde e apaga todos os temores”. Porém, esse êxtase espiritual, também utilizado pelos neopentecostais, é o caso de uma forma religiosa dependente da cultura dominante, pós-moderna e neoliberal, que funciona sob medida para dominar o povo. Esses *shows* não questionam

em nada nenhum aspecto do rosto tradicional na Igreja e da dominação social:

E o evangelho em tudo isso? E a evangelização? O evangelho é outra coisa. Porém, parece que já não é mais a prioridade. A prioridade é a experiência natural de Deus, a renovação do sentimento religioso, a redescoberta do prestígio sobrenatural do padre e do prestígio social da Igreja. O evangelho é outra coisa. Menciona-se com muita complacência na teoria, porém, na hora da prática, é outra coisa. De uma preocupação pelo evangelho estamos passando para uma preocupação pela religião natural, pela simples experiência religiosa (Comblin, 2001). ●

Referências

- AZEVEDO, Marcello C. *CEBs e inculturação da fé*. São Paulo: Loyola, 1986.
- _____. *Entroncamentos e entrechoques*. São Paulo: Loyola, 1991.
- AZZI, Riolando et al. *A religião do povo*. São Paulo: Paulinas, 1978.
- BRIGHENTI, Agenor. *Por uma evangelização inculturada*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- COMBLIN, José. *Evolução da pastoral urbana*. In: VVAA. *Pastoral urbana*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- _____. *Nós e os outros*. Disponível em <http://www.missiologia.org.br>. Acesso em 30 de outubro de 2001.
- DUSSEL, Enrique D. *Religión*. México: Edicol, 1977.
- FLORISTÁN, Casiano. *La evangelización*. In: VVAA. *Iniciación a la práctica de la teología* (Vol. V). Madri: Cristiandad, 1986.
- FORTE, Bruno. *Trindade para ateus*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- LIBÂNIO, João B. *Deus e os homens, os seus caminhos*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MIRANDA, Mário F. *A inculturação da fé como experiência salvífica interpretada*. Rio de Janeiro: (mimeo.), 2000.
- OLIVEIRA, Hermínio B. *Formação histórica da religiosidade popular*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- OLIVEIRA, Pedro R. *Religiões populares*. In: VVAA. *Curso de verão II*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- PASTOR, Félix A. *O Reino e a história*. São Paulo: Loyola, 1982.
- SEGUNDO, Juan L. *O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré* (Tomo I). São Paulo: Paulinas, 1985.
- TEIXEIRA, Faustino C. *A gênese das CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- VVAA. *As culturas, a Igreja e a fé*. São Paulo: Paulinas, 1979.

Os santos e as imagens na religiosidade popular

Orione Silva e Solange Maria do Carmo

Os autores apresentam o valor, os pontos questionáveis e a compreensão adequada da comunhão dos santos, de sua veneração e do costume de ter imagens, com fundamentação na Bíblia e na Tradição da Igreja.

Pe. Orione Silva e **Solange Maria do Carmo**, autores da coleção *Catequese Permanente*, publicada pela editora Paulus, trabalharam juntos por muitos anos na catequese paroquial em cidades das Dioceses de Mariana e de Paracatu – MG. Ele é sacerdote da Arquidiocese de Mariana, e atualmente pároco de Catas Altas da Noruega. Ela é doutoranda em Teologia na Faje, em BH, onde também cursou mestrado; é professora de Teologia Bíblica no curso de Teologia da PUC-Minas e do ISTA (Instituto Santo Tomás de Aquino), em Belo Horizonte.

E-mails: orionesilva@yahoo.com.br.
solangedocarmo@ig.com.br.

Ao falar de religiosidade popular, não poderíamos ignorar a força dos santos na vida de nossa gente e o lugar de destaque que eles ganharam na piedade católica. Para bem desenvolver esse tema, dividimos nosso texto em três partes. A *primeira* mostra o que quer dizer a assertiva “Creio na comunhão dos santos”, presente na nossa profissão de fé, o Credo dos Apóstolos que rezamos todo domingo na missa. A *segunda* trata da presença dos santos na Igreja, cuja veneração ela conserva desde muito tempo. A *terceira* parte mexe num assunto delicado e nem sempre consensual entre os cristãos: o costume de ter imagens.

Para desenvolver esses temas, decidimos iniciar a conversa a partir de textos bíblicos. Eles vão servir de provocação para a reflexão. Para falar da *comunhão dos santos*, tomamos Ap 7,9-17, o belíssimo relato da multidão de pé diante do cordeiro, texto da liturgia da Festa de Todos os Santos. Para refletir sobre a *veneração aos santos*, escolhemos Eclo 44,1-15: o elogio aos antepassados,

àqueles que nos mostram o caminho da fé. Para tratar do *uso das imagens*, não seria possível escolher um único texto. O assunto é polêmico e controvertido, havendo, nas Escrituras, tanto proibições de fazê-las como ordem para construí-las. Nesse caso, tomaremos textos diversos.

1. A comunhão dos santos

Nós professamos no Credo: “Creio na comunhão dos santos”. Mas o que é mesmo isso que a gente professa crer? Vamos tomar Ap 7,9-17. O autor do livro do Apocalipse relata uma de suas visões. Uma visão é um jeito de contar uma experiência de fé por meio de figuras e símbolos. É como um sonho vibrante e cheio de detalhes que a gente vai decifrando ao longo do dia. Leia Ap 7,9-17 e veja se você não vai se fazer algumas perguntas, tais como: O que é isso que o autor diz ter visto? Onde estava essa multidão de pessoas que ninguém podia contar? O Cordeiro representa quem? Faz lembrar o quê? Quem são esses anciãos? Bom, vamos responder essas questões por partes, tomando pouco a pouco os elementos que a visão descreve.

a) Multidão em pé diante do trono e do cordeiro

Esse texto narra uma espécie de visão do autor do Apocalipse. Visão não é algo que ele viu, mas que ele experimentou. Portanto, trata-se de uma *experiência de fé*, que é contada com riqueza de imagens e comparações bonitas, para dizer algo sobre Deus. O autor fala, inicialmente, de uma multidão que está em pé, de vestes brancas e palmas na mão, diante do trono e do Cordeiro. O que significa isso? O trono é o lugar onde o autor imagina

que Deus está em sua glória. O autor nunca viu como é o lugar onde Deus está. Então imagina que seja como um trono de um rei; mas, como Deus é um rei diferente dos reis da Terra, ele pensa num trono glorioso. Estar diante do trono significa estar diante de Deus, na sua presença maravilhosa. O Cordeiro é Jesus ressuscitado, que depois de morto na cruz vence a morte. E ainda temos uma multidão que está diante de Deus e de Jesus. Essa multidão está de pé, isto é, numa posição de dignidade, de honra, como quem participa da glória de Deus. Portanto, estamos falando de pessoas glorificadas, isto é, que participam da amizade com Deus, vivendo em comunhão com ele.

O autor acrescenta que essa multidão está de vestes brancas e com palmas nas mãos. A veste branca é o símbolo da fidelidade da pessoa que não se corrompeu, que não se perdeu, que manteve seus princípios e sua fé durante toda a vida.

Portanto, temos aí um povo inteiro que está na presença de Deus, na mais completa comunhão com ele, desfrutando de sua companhia amiga. É um povo santo e feliz na glória de Deus. O autor diz ainda que a multidão tem palmas nas mãos. As palmas são símbolo da vitória, entregue aos campeões de competições e aos reis, depois de batalhas. Portanto, trata-se de um povo que enfrentou uma batalha e saiu vitorioso. E comemora essa vitória feliz junto de Deus.

b) O povo que passou pela grande tribulação

O autor do Apocalipse continua sua visão questionando quem são todas essas pessoas vitoriosas diante de Deus. Ele mesmo responde com duas considerações importantes: “São os que vêm da grande tribulação”. Essa

“A fé que a Igreja – e nós como Igreja – professa hoje não foi inventada; foi herdada dos nossos antepassados.”

grande tribulação representa a vida nesse mundo. O cristão enfrenta, nesse mundo, muitas tribulações, que são os conflitos e dificuldades da pessoa que se esforça para ser fiel a Jesus. Nem sempre é fácil ser fiel. A grande tribulação é todo o conjunto de peijas e dificuldades pelas quais o cristão passa na vida. Então, a multidão gloriosa no céu é formada pelo povo que enfrentou com sucesso a grande tarefa de viver a vida na fidelidade a Deus. “São os que lavaram suas vestes no sangue do Cordeiro.” O Cordeiro, como já vimos, é Jesus. O sangue representa o sacrifício, a morte. A expressão “sangue do Cordeiro” faz lembrar todo o sacrifício de Cristo, ou seja, tudo o que ele enfrentou em sua vida na terra por causa de sua fidelidade ao Pai. Ora, a multidão está em vestes brancas, tão brancas que levam a perguntar: Como conseguiram isso? O autor responde: Essas pessoas lavaram suas vestes no sangue do Cordeiro. Elas alcançaram essa santidade unindo suas vidas ao sacrifício de Cristo, unindo-se a Jesus por completo, isto é, sendo cristãos sem reservas, até no sofrimento, até no martírio. Então, a multidão dos santos que está diante de Deus é um povo que viveu com intensidade a sua fé cristã. Os santos são pessoas que passaram por este mundo – a grande tribulação – vivendo com firmeza sua fé cristã.

c) Nada de fome, sede, calor, pranto

Depois o autor passa a mostrar como eles vivem na presença de Deus. E usa imagens bonitas para dizer que eles estão na glória, na mais completa felicidade, livres de todo sofrimento, plenamente consolados e confortados junto de Deus. Não sofrem mais nem pela fome, nem pela sede, nem pelo calor; são saciados pelo próprio Jesus nas “fontes de águas vivas”. Essas fontes significam aqui aquela situação junto de Deus em que se encontram o consolo e o remédio para todo mal, para todo sofrimento, até porque “o próprio Deus enxugará toda lágrima de seus

Anime e torne ainda mais eficaz a atividade missionária!

176 págs.

Por uma paróquia missionária À luz de Aparecida

Gelson Luiz Mikuszka

Para o papel evangelizador da Igreja alcançar cada mais êxito, foram reavivados neste livro alguns debates surgidos na Conferência de Aparecida.

104 págs.

Pastoral da visitação Paróquia em estado permanente de missão

José Carlos Pereira

Ao apresentar estratégias concretas para as comunidades eclesiais, o autor oferece reflexões para a reestruturação das paróquias.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL

paulus.com.br

Imagens meramente ilustrativas.

olhos”, ou seja, o próprio Deus cuidará de confortar e dar aos seus santos a plena felicidade junto dele.

d) Comunhão dos santos

Nas primeiras comunidades, os cristãos eram chamados de santos. Paulo endereça várias de suas cartas aos *santos* que moram em Éfeso (Ef 1,1); aos *santos* que estão em Filipos (Fl 1,1); aos irmãos em Cristo, *santos* e fiéis que moram em Colossas (Col 1,2). Ele está se referindo às pessoas de fé que, por se comprometerem com Jesus, participam da santidade do Filho de Deus. Esses santos e fiéis, em suas comunidades, trabalhando e vivendo na fé, são o que hoje chamamos de Igreja peregrina, ou seja, o povo de Deus, comprometido com Cristo, que, enquanto peregrina ou caminha por este mundo, já participa da santidade de Cristo. No começo da Igreja, os cristãos eram chamados de santos ainda em vida.

Essa terminologia caiu em desuso. Ao longo do tempo, a palavra *santos* ganhou outra conotação: o sentido de não ter pecados. Como todos nós vivemos nossa santidade, mas sempre em meio às fraquezas desse mundo, a Igreja, sem deixar de considerar os sinais de santidade que existem na vida das pessoas, passou a chamar de *santos* os que já estão na vida eterna, por estarem em comunhão mais plena com Deus e não mais sujeitos às fraquezas desse mundo.

A teologia católica compreende que todos os mortos vivem em Deus. A vida continua após a morte. Isso só ficou claro após a experiência do Cristo ressuscitado. Antes, no Antigo Testamento, se pensava que os mortos estivessem mesmo acabados ou dormindo em algum lugar. Vejamos o que diz um texto do AT: “Não são os mortos que

louvam o Senhor, nem os que descem à região do silêncio. Mas nós, os vivos, bendizemos o Senhor, desde agora e para sempre” (Sl 115/113B,17-18). Depois que Cristo ressuscitou, os discípulos compreenderam que os mortos não estão “na região do silêncio”, mas junto de Deus. Eles formam a Igreja que já está na glória.

Alguém poderia argumentar, dizendo que esses santos estão mortos. Mas nós diríamos que, em Cristo, a morte foi vencida. Depois de Cristo, entendemos que a morte não é o fim da vida, mas uma passagem para a eternidade. Os que morreram para este mundo estão vivos na glória de Deus. Entre eles e nós aqui na terra há uma comunhão de amor e de fidelidade, pois todos estamos unidos no mesmo Cristo. É a chamada comunhão dos santos. Os que já passaram pela grande tribulação e alcançaram a glória imortal se unem a nós que estamos ainda a caminho. O exemplo deles nos motiva. Então, a comunhão dos santos é essa amizade que rompe as barreiras da morte, do tempo e do espaço. É um laço forte e perene que se dá entre todos os que estão em Cristo. É uma experiência de solidariedade e amor, de compromisso uns com os outros, porque fazemos parte da mesma videira que é Jesus. Como os ramos de uma videira são solidários e unidos entre si, assim são todos que estão em Cristo: vivos e mortos, não importa. A ação de Jesus ultrapassa a morte! Os santos fazem parte de nossa Igreja. Não estão mais nesse mundo, junto de nós, mas estão vivos na glória de Deus. Um dia também nós vamos deixar de ser Igreja peregrina e passaremos a ser Igreja gloriosa. Engrossaremos o grupo dos que estão de pé diante do Cordeiro, com palmas nas mãos e vestes brancas.

“A veneração aos santos é uma forma de valorizar a história de nossa Igreja e das pessoas que se dedicaram ao seguimento de Cristo.”

2. A veneração aos santos

Tendo refletido sobre quem são os santos e o que significa essa comunhão entre nós, vamos para o próximo ponto: a veneração que a Igreja dá aos santos. Para abordar esse tema, vamos partir de Eclo 44,1-15. O autor desse texto nos faz um convite importante: lembrar sempre dos antepassados, daqueles que tiveram uma vida digna e cuja sabedoria deve ser proclamada.

Esse texto ajuda a entender o sentido da veneração que prestamos aos santos de nossa Igreja. Os santos são nossos antepassados e fizeram coisas grandiosas, dignas de admiração. Agora, estão junto de Deus, na vida eterna. São parte da história de nossa Igreja e da fé que ela professa.

A fé que a Igreja – e nós como Igreja – professa hoje não foi inventada; foi herda da dos nossos antepassados. Jesus conviveu com os apóstolos, suas primeiras testemunhas. Eles passaram adiante a experiência de fé que fizeram no seguimento de Jesus. Essa experiência chegou até nós cruzando o tempo, porque foi assumida e vivida pelos nossos antepassados. Então, nossa Igreja tem uma história. E essa história está repleta de pessoas que se destacaram no seguimento de Cristo. A vida dessas pessoas é um exemplo para todos que creem. A veneração aos santos é uma forma de valorizar a história de nossa Igreja, tratando com honra e dignidade as pessoas que se dedicaram ao seguimento de Cristo, fazendo com que a fé chegasse até nós.

Quando nos lembramos desses nossos ilustres antepassados, devemos ter em mente que eles fizeram a parte que lhes cabia, cumpriram sua missão. Hoje, cabe a nós viver bem a fé e deixar um bom testemunho de vida para os que virão depois de nós. Um dia, nós seremos os antepassados das próximas gerações. E assim a experiência de fé vai ultrapassando gerações e seguindo adiante.

**PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA
E FILOSOFIA**

**Mestrado e Doutorado
em Teologia**

**Áreas de Concentração e
Linhas de Pesquisa do Programa:**

Área de Concentração
Teologia da Práxis Cristã

Linhas de Pesquisa
1) Espiritualidade Cristã e
Pluralismo Cultural e Religioso
2) Tendências Éticas Atuais

Área de Concentração
Teologia Sistemática

Linhas de Pesquisa
1) Fontes Bíblicas da Tradição Cristã
2) Interpretação da Tradição Cristã
no Horizonte Atual

Mestrado em Filosofia

**Áreas de Concentração e
Linhas de Pesquisa do Programa:**

1) Ética
2) Filosofia da religião

**Formação filosófica e
teológica com excelência**

Com longa tradição de ensino e pesquisa em filosofia e teologia, corpo docente altamente qualificado, acompanhamento personalizado dos estudantes, excelente biblioteca, ambiente que favorece o estudo sério e tranquilo e valoriza a convivência e a troca de experiências, a FAJE oferece uma oportunidade única de formação de pensadores capazes de contribuir para uma sociedade mais humana através da discussão filosófica e teológica dos problemas contemporâneos.

1º lugar em Minas Gerais no ranking das
Universidades e Faculdades Brasileiras com melhor IGC.
Nota 6 no programa de Pós-Graduação em Teologia.
Fonte: MEC/CAPEs

Reconhecida pela Santa Sé
Credenciados pela CAPES/MEC

Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127
B. Planalto – BH/MG – CEP: 31720-300
www.faculdadejesuita.edu.br
(31) 3115-7076

Em um mundo marcado por fraquezas, muitos se perguntam se é possível ser santo, seguir de fato o caminho de Jesus. Será que os ensinamentos de Jesus não são uma utopia, um caminho impossível de trilhar? Será que é possível ser santo? A Igreja mostra que sim, apresentando o exemplo concreto da vida de tantas pessoas que cultivaram a santidade. A Igreja nos incentiva a olhar para a vida dos santos, a perceber a dedicação deles a Jesus. Isso nos aproxima mais ainda de Jesus.

Devemos, porém, tomar cuidado para que a nossa veneração aos santos não ganhe outro sentido e fique parecendo que a gente admira os santos não por seu seguimento exemplar a Jesus, mas porque eles teriam certos privilégios diante de Deus, ou seja, porque eles podem nos fazer favores e alcançar graças especiais.

Muitas vezes, até por falta de conhecer melhor a religião, acabamos fazendo certas coisas de sentido duvidoso ou mantendo certas práticas sem conhecer seu sentido. Vamos, então, dar uma olhada em certos costumes, para compreendermos melhor certas confusões que a gente faz. E vamos evitar confundir as coisas.

a) Rezar para os santos

Temos, em nossa Igreja, o costume de rezar para os santos, pedindo a eles ajuda em alguma dificuldade. Às vezes pensamos que pedir aos santos é mais razoável que ir direto a Deus, pois eles são seres humanos como nós, capazes de se compadecerem de nossas fraquezas e sofrimentos. Mas, por trás dessa afirmação, há um equívoco: o de que Jesus, por ser Filho de Deus, não seria humano como nós. Ele é o Filho de Deus que se fez homem, totalmente homem. Ele sofreu como nós e por isso se compadece de nós.

Sabe que não é fácil vencer as peijas da vida e obedecer sempre a Deus. Por experimentar essa realidade humana tão plenamente, ele é o verdadeiro intercessor e mediador junto ao Pai. Bom, se é assim, e os santos? Podemos pedir que os santos intercedam por nós? Podemos rezar aos santos? Na verdade, nós não rezamos apenas aos santos. Rezamos *com os santos*. Em comunhão com eles.

Quando rezamos com os santos, lembramos a vida e as qualidades deles. Nesse caso, nossa oração não seria para pedir a intercessão deles, mas para nos unir a eles no seguimento de Jesus Cristo.

b) Pedir graças

Deus é um pai atento às nossas necessidades. Reza-se, então, não para fazer Deus mudar de ideia, como se ele fosse um pai que ignora a história de seus filhos. Reza-se para ficar em comunhão com ele, porque dessa comunhão emana a força para superar toda dificuldade. A verdadeira graça que se deve buscar não é um favor, nem a solução de um problema, mas a comunhão com Deus que ajuda a superar todos os problemas. E ainda que alguns não tenham solução, não se rezou em vão. A comunhão com Deus por meio da oração é uma graça sem conta. Nada se compara a ela. Nenhum momento de oração bem vivido é perda de tempo.

c) Agradecer

Na hora de agradecer, costumamos ficar perdidos, sem saber a quem dirigir o agradecimento. Na missa, por exemplo, não é incomum rezar em ação de graças a Nossa Senhora, a São Judas etc. No entanto, devemos agradecer a Deus, pois Deus é o Senhor de tudo e é ele quem nos acompanha sempre.

“Há quem diga que a Bíblia proíbe fazer imagens de qualquer coisa. Mas o certo é que há na Bíblia textos que proibem e outros que até incentivam fazer imagens.”

Ele é o autor de todo bem. E a missa é ação de graças a Deus por Jesus Cristo na ação do Espírito. Não faz sentido ação de graças a outro que não ao Pai, que ressuscitou Jesus dentre os mortos e, em Cristo, acolhe nossa vida como oferta.

d) Acender vela

Costuma-se acender velas diante da imagem de um santo. E esse costume pode ter levado alguns a pensar que a vela é importante porque, enquanto ela está acesa, o santo está lá no céu rezando por nós. E, se a vela se apaga, o santo deixa de interceder por nós. Na verdade, a vela tem outro sentido. Ela significa que nós devemos ser luz no mundo como os santos foram luz.

e) Fazer promessas

As promessas surgem quase sempre na hora do aperto. Prometemos fazer penitências e sacrifícios para os santos e para Deus, se eles atenderem a necessidade da gente. Pensamos que assim o santo atende mais depressa, interessado naquilo que foi prometido. E dizemos: “Ó São Benedito, se o Senhor me conseguir um emprego, eu vou à missa”. Ora essa! O interesse de ir à missa é nosso e não do santo. Com ou sem emprego, é melhor ir à missa. Talvez fosse bom não fazer promessas. A gente pode confiar em Deus em todos os momentos, mesmo nos mais difíceis.

f) Fazer novenas

A novena é uma oração que a gente faz nove dias, semanas ou meses seguidos. Daí veio o costume de sacralizar o número nove. Se começamos uma novena e precisamos – por qualquer motivo – faltar um dia, entendemos que a novena foi interrompida e que não valeu. É preciso começar tudo de novo! Ora, podemos rezar nove dias. Ou até mais. Ou até menos. O que conta não é o número exato de dias, mas a oportunidade de cultivar a comunhão com Deus por meio da oração.

Eucaristia: Dom de Deus

1040 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Eucharistia Enciclopédia da Eucaristia

Maurice Brouard (org.)

O livro traz as sínteses propostas por representantes das teologias católica, ortodoxa e protestante, além de reflexões sobre alguns temas fundamentais como o sentido e dinâmica da celebração, entre outros.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

g) Acompanhar procissões

As procissões são um costume antigo na Igreja. Pensamos homenagear o santo de nossa devoção ao acompanhar sua imagem pelas ruas. Mas a procissão não é uma homenagem ao santo; é uma caminhada para lembrar que nós caminhamos na estrada de Jesus, como os santos caminharam. Quando a gente sai pelas ruas carregando uma imagem, isso significa que, como os santos seguiram Jesus, nós também queremos fazer o mesmo.

h) Dar esmolas para o santo

Desde pequeno, assistimos aos nossos pais colocarem dinheiro aos pés da imagem e dizer: “É dinheiro para Santo Antônio”. Ora, o santo não precisa de dinheiro. Quem precisa de dinheiro é a Igreja, para manter seus trabalhos. A Igreja espera que o povo contribua. O dinheiro do povo é usado para manter todos os trabalhos de evangelização e os gastos com manutenção e administração.

i) Possuir imagens

Não faz mal possuir imagens; não atrai espíritos ruins ou mal-agueiros. Elas não são amuletos que afastam mau-olhado. Elas são uma lembrança daquele santo, cuja fidelidade nos anima a sermos fiéis também.

j) Ser devoto dos santos

Corremos o risco de pensar que ser devoto de um santo é fazer novenas e promessas para ele, mandar celebrar missas em sua homenagem, fazer festas no seu dia, distribuir santinhos, enfeitar sua imagem, acender velas para ele etc. Na verdade, ser devoto é conhecer a vida do santo, procurando praticar as virtudes que a gente admira nele. Sem isso, as outras práticas perdem o sentido.

3. O uso de imagens

Outra questão que precisamos entender melhor é o costume de possuir imagens. Nossa

Igreja aceita e incentiva o uso de imagens – esculturas, pinturas e qualquer forma de arte – que representem os santos, Jesus ou que nos ajudem a lembrar de Deus. Há quem diga que a Bíblia proíbe fazer imagens de qualquer coisa. Mas o certo é que há na Bíblia textos que proibem o povo de fazer imagens, textos que criticam o uso de imagens e outros textos que até incentivam fazer imagens. E, especificamente sobre imagens de santos, a Bíblia não diz nada. Afinal, precisamos lembrar que a Bíblia já estava escrita quando o costume de venerar os santos começou. Como lidar com tantas informações? Vamos entender isso melhor a partir de textos bíblicos. Vamos ler Ex 20,1-5a; Dt 4,15-20; Nm 21,4-9; Ex 25,17-22; 2Cr 4,2-4; e 2Cr 3,10-13.

Numa primeira fase, Deus proíbe o povo de fazer imagens. É uma fase mais antiga. O povo de Israel tinha saído do Egito, onde se cultuavam muitos deuses, e estava vivendo entre outros povos, também politeístas, que costumavam prestar culto a deuses diversos e a eles dedicar imagens. Quando essa gente via uma imagem, fosse de gente ou de animal, se prostrava e ficava pensando que a imagem tinha força de ajudar a superar as dificuldades. Então, nessa fase, a Bíblia proíbe fazer qualquer imagem, para não confundir a cabeça do povo, porque o povo corria o risco de trocar o Deus verdadeiro por qualquer imagem, como aconteceu no relato do bezerro de ouro, no deserto.

a) Ex 20,1-5a

Primeiro, Deus deixa claro que ele é o Deus verdadeiro que libertou o povo do Egito. E pede que o povo não siga outros deuses, porque o povo ainda pensava que havia outros deuses. Então, Deus pede ao povo que não faça imagens. Fazer imagens, tanto de gente como de animais, era um costume no Egito. O povo tinha que superar esse costume, para não correr o risco de se afastar do Deus verdadeiro. É preciso que o povo aprenda que só há um Deus.

b) Dt 4,15-20

Deus começa mostrando que é diferente. Não tem figura. É um Deus diferente dos deuses do Egito. O povo crê em Deus, mas não o vê. Até por isso, não há como fazer imagem de Deus. Talvez, se isso fosse possível, não haveria problema. Mas as imagens eram de animais, de peixes, de pessoas. Então, não podiam ser feitas, pelas mesmas razões que já vimos. É proibido também adorar os astros e as estrelas do céu, como os egípcios faziam. Pois só há um Deus verdadeiro.

Vemos, então, que o problema é simples. O povo pensa, segundo o costume antigo, que a imagem é um deus vivo e por isso adora as imagens. Então, é melhor não fazê-las. É como a criança que não sabe usar a faca, por isso não pode pegá-la. Corre o risco de se machucar. Mas depois que cresce já sabe usar a faca sem se machucar.

O tempo foi passando e o povo acabou aprendendo que seu Deus era diferente, forte e poderoso, e que as imagens não tinham poder nenhum. Eram apenas um objeto de arte usado para enfeitar ou para lembrar alguma coisa, como um retrato que enfeita a parede e nos lembra algum parente antigo ou pessoa querida. O povo aprendeu que a imagem não é algo vivo, não deve ser adorada. Então, ninguém mais vai confiar numa imagem. Só em Deus. Então, nesse segundo momento, Deus permite que se façam imagens. O povo vai construir o templo, que será para um lugar de oração. Nesse templo, já podem colocar imagens.

c) Nm 21,4-9

Esse relato conta que o povo ainda estava no deserto, quando houve o episódio das serpentes. Mas, na verdade, ele é bem posterior. Pelo menos do tempo do rei Salomão. É bom lembrar o seguinte: A serpente era adorada como deusa pelos povos de Canaã, a terra onde vivia o povo da Bíblia. Ela era símbolo de uma religião fácil que atraía o povo de

Reflexões sobre o cristianismo e a sociedade

256 págs.

Fim do cristianismo pré-moderno

Andrés Torres Queiruga

A obra apresenta o sentido original para que a fé torne-se intelectualmente significativa e possa ser vivida e praticada culturalmente.

176 págs.

Sociologia da religião e mudança social

Católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil

Beatriz M. de Souza e Luís M. Sá Martino

Neste trabalho, nove dos principais especialistas brasileiros em sociologia da religião estudam as complexas relações entre os fenômenos religiosos, modernidade e mudança social.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

Imagens meramente ilustrativas.

Deus. Quando a vida pesava, a vontade do povo era abandonar o Deus verdadeiro e passar para a religião da serpente, isto é, do povo de Canaã. Essas mordidas fatais de serpente significam isso: o povo se descuidava de sua fé e era mordido, ou seja, dominado pelo desejo de mudar de religião. Isso gerava um esfriamento da fé. Então, quando o texto diz que Moisés fez uma serpente de bronze que ficava sempre diante do povo, significa que o povo nunca deveria se esquecer do perigo da religião da serpente, o baalismo. O objetivo parece ser este: olhando para aquela imagem de serpente, o povo tem sempre em mente que ela é um perigo, veem sua fragilidade e a tolice de botar em outro que não Deus a sua confiança. E aí caminham firmes na fé: não mais adoram a serpente. Pelo contrário, a serpente é só um sinal do mal e do perigo que ronda o povo. Em vez de afastar o povo de Deus, ela contribuía para fortalecer sua fé.

d) Ex 25,17-22

A arca da aliança era levada sempre com o povo. Dentro dela, havia manuscritos com os dez mandamentos, que eram a garantia da aliança com Deus. O povo se reunia diante da arca para rezar. Claro, não adoravam a arca. Apenas lembravam a aliança que tinham feito com Deus. Na tampa da arca, o povo entendeu que Deus mandou colocar duas imagens de anjos. Os anjos – querubins – são apenas um sinal da presença de Deus. Mas o povo não adora os anjos, como fariam antes. Vendo a imagem dos anjos, lembram-se do Deus verdadeiro. Então, nesse caso, a imagem não afasta o povo de Deus. Ao contrário, aproxima.

e) 2Cr 4,2-4

Dentro do templo, havia um tanque com água, colocado sobre imagens de doze bois. Poderíamos, então, nos questionar: “Mas os bois são figuras de animais proibidos por Deus...”. De fato! Só que agora o povo

já aprendeu que boi é boi e Deus é Deus. Ninguém vai adorar boi, como se fazia no Egito, quando achavam que os bois tinham poderes divinos. Os bois no templo são só um sinal, um enfeite. São símbolo de força: como os bois são fortes, o povo deve ser forte na fé. O povo vê os bois e não os adora, mas lembra que, para seguir a Deus, é preciso ser forte. O povo tinha até o costume de ofertar bois a Deus, pensando que Deus gostasse disso. Era um modo de agradecer ao Deus verdadeiro. Os bois no templo significam isso também: O povo quer agradecer a Deus. Isso é bom.

f) 2Cr 3,10-13

Além disso, ainda foram colocados no templo dois anjos enormes, de mais ou menos dez metros. Mas o povo já não pensava que eles fossem deuses. Olhava a imagem dos anjos e se lembrava de Deus. E somente a Deus o povo adorava.

É fácil perceber como o povo mudou de mentalidade. Aprendeu, com o tempo, que só há um Deus verdadeiro e que a imagem é só um enfeite, um sinal para lembrar alguma coisa. Astros, animais, aves, peixes – tudo é criatura de Deus. Só Deus merece nossa adoração. Tendo entendido isso, não há mais problema em fazer imagens. Mas e as imagens de santos? Como surgiram e ganharam espaço na vida da Igreja? E quando surgiu essa polêmica sobre as imagens que hoje ganha espaço no cenário cristão?

A Bíblia não fala de santos, no sentido como hoje falamos. Já vimos que os primeiros cristãos eram chamados de santos, só por seguirem a Cristo, como nas cartas de Paulo. A ideia de fazer imagens dos cristãos já falecidos começou em um tempo posterior, quando os livros da Bíblia já estavam escritos.

As primeiras comunidades guardavam a memória dos seus mártires, como pede o livro do Eclesiástico. Eram companheiros de comunidade que tinham morrido, dando um

belo testemunho de fé. A lembrança desses mártires incentivava os demais cristãos a permanecerem firmes na fé. Mas, no começo, a Igreja sofreu grandes perseguições. A pregação da mensagem de Cristo foi até proibida em muitas situações. Os cristãos rezavam em casa ou escondidos nas catacumbas de Roma – lugar em que os mortos eram sepultados. A ideia de rezar nas catacumbas é curiosa: por um lado, os cristãos estavam buscando um lugar seguro, para se protegerem das perseguições; por outro lado, faziam suas orações no local em que os mártires estavam sepultados, e isso lembrava que eles estavam vivos junto de Deus. Assim, se cultivava a comunhão dos santos.

Quando a Igreja se viu livre para prestar seu culto a Deus, ela deixou as catacumbas e pôde construir seus templos para rezar. Então, surgiu a ideia de levar pequenas relíquias dos santos para os altares das igrejas e enfeitar o templo com pinturas ou imagens que lembrassem os primeiros cristãos, mártires da fé. Foi feito mais ou menos como no Templo de Salomão. A construção dos templos gerou um grande movimento artístico. E, para enfeitar os templos, foram feitas pinturas e esculturas que lembravam que o templo era um lugar sagrado. Ao entrar nesse lugar, as pessoas se lembravam dos antepassados santos. As pinturas e imagens ajudavam a guardar a memória daqueles que deram sua vida por Cristo, mas continuavam vivos na memória dos cristãos.

Assim, surgiram as imagens dos santos. A Igreja já analisou em muitas épocas essa questão. Já houve católicos que foram contra o uso de imagens. Mas o consenso acabou dizendo que as imagens nos templos ou nas casas, para lembrar a vida dos santos, não fariam mal à fé, contanto que as pessoas não confundam as coisas e passem a achar que as imagens tenham algum poder sobrenatural. São apenas recordação dos nossos antepassados. Nada mais que isso.

Entre cada vez mais em comunhão com Cristo

744 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Jesus A história de um vivente

Edward Schillebeeckx

A obra nos apresenta uma nova busca do Jesus histórico. Expõe os avanços dos estudos cristológicos a partir da Segunda Guerra Mundial e a partir do Vaticano II.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

Quando a polêmica em torno das imagens surgiu, os livros bíblicos já tinham sido escritos. A Bíblia já está pronta, e eis que surge um problema novo do qual a Bíblia praticamente não fala. Como a Igreja age nesse caso? Aqui vale a pena entender como funciona o chamado Magistério da Igreja. Para nós, católicos, a revelação de Deus não fica parada pelo fato de a Bíblia já estar pronta. A revelação escrita está na Bíblia, mas o Espírito Santo continua inspirando a Igreja para que sejam tomadas decisões sensatas sobre questões novas que dizem respeito à fé e à vida do povo. Nem tudo está escrito na Bíblia. Muitas vezes, diante das novidades, a Igreja busca inspirações bíblicas para tomar decisões. O importante é que prevaleça o bom senso. Para tomar decisões importantes, a Igreja costuma reunir seus líderes mais expressivos, fazendo o que chamamos de concílio. Em um concílio, papa, bispos, teólogos, especialistas diversos se reúnem para debater sobre determinadas questões em busca da posição equilibrada que reflita o bom senso da fé cristã. E essas decisões de pessoas movidas pela fé também são dignas de confiança e inspiradas por Deus, não porque Deus venha pessoalmente ditar sua vontade, mas porque as pessoas estão movidas pela fé. Para nós, a revelação de Deus é dinâmica e continua sendo atualizada na ação da Igreja.

Então, tentando estar sempre atenta ao que Deus diz ao seu povo, a questão das imagens foi tratada no Segundo Concílio de Niceia, realizado no ano 787. Buscava-se chegar a um consenso sobre a polêmica que se instalou em torno do tema. Em diversos lugares, autoridades da Igreja estavam incentivando a destruição completa das imagens e pinturas sacras, fato que ficou conhecido como “a

questão iconoclasta” (“iconoclastia” significa quebra de ícones ou imagens). Reunidas no Segundo Concílio de Niceia, as autoridades eclesásticas assim se pronunciaram: “definimos com todo rigor e cuidado que, à semelhança da cruz preciosa e vivificante, assim os venerandos santos ícones, quer pintados, quer em mosaico ou em qualquer outro material adequado, devem ser expostos nas santas igrejas de Deus... nas casas e nas ruas, tanto a figura do Senhor Deus e Salvador nosso

Jesus Cristo, como da Senhora Imaculada nossa, a santa mãe de Deus, dos venerandos anjos e de todos os santos e justos” (Denzinger, 600). Desde então, ficou decidido que os fiéis são livres para possuir imagens em suas casas, nas igrejas etc.

Percebe-se, então, que, apesar de contestado o uso das imagens, a Igreja sempre firmou sua posição favorável. Quando veio a reforma protestante, novamente se questionou o uso de imagens. A Igreja católica novamente se posicionou, no Concílio de Trento (1545 a 1563), a favor do uso de imagens, não para serem adoradas, mas para recordarem ao povo a presença de Deus e as virtudes dos santos. Nas palavras do concílio, as imagens devem ser utilizadas “não por crer que lhes seja inerente alguma divindade ou poder que justifique tal culto, ou porque se deva pedir alguma coisa a essas imagens ou depositar confiança nelas como antigamente faziam os pagãos, que punham sua esperança nos ídolos”, mas porque por meio das imagens veneramos a realidade que elas representam (cf. Denzinger, 1821-1825). Vejam que a Igreja sempre se preocupou em esclarecer ao povo o sentido do uso das imagens e da veneração aos santos, para que não haja exagero e excesso na piedade popular. ●

“A Igreja católica se posicionou, a favor do uso de imagens, não para serem adoradas, mas para recordarem ao povo a presença de Deus e as virtudes dos santos.”

Religiosidade popular: O exemplo da milenar oração para curar a erisipela

Francisco van der Poel, ofm – frei Chico

A cultura e a fé do povo precisam ser levadas a sério e não consideradas como curiosidade, exotismo e invencionices, o que não são. Só quando houver uma autêntica inculturação, que leve em conta a experiência religiosa do povo celebrante, chegaremos a uma liturgia mais brasileira e provavelmente mais frequentada.

Francisco van der Poel, ofm – frei Chico, holandês radicado no Brasil, há décadas dedica-se e está imerso na religiosidade popular. Pode ser considerado “doutor *honoris causa*” no tema. É autor do livro *Com Deus me deito, com Deus me levanto*, coletânea de orações populares e reflexões a respeito. Publicou em 2012 o extenso volume *Dicionário da religiosidade popular*.
E-mail: freixico@uai.com.br.

Falando na Universidade Federal de Belo Horizonte em agosto deste ano sobre a importância da cultura popular, o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão disse que precisamos “historicizar a cultura do povo” e não apenas vê-la como curiosidade ou produto de exportação. É preciso levar a sério a cultura do povo como expressão de vida e mostrar a sua história. Por exemplo, a história indígena ensinada nas escolas deve levar o aluno a entender a situação dos índios de hoje. Isso me fez lembrar como, no Vale do Jequitinhonha, um padre, ao comentar as rezas das benzedadeiras, disse: “Essas mulheres inventam cada uma!”. Não sabia ele que a reza da erisipela tem mais de mil anos e que boa parte do missal em latim prescrito pelo Concílio Tridentino ainda não tem 500 anos.

Foi por acaso que, em férias na minha terra (Holanda), comprei um livro da historiadora Eileen Power. Ela pesquisa a vida cotidiana do povo comum na Idade Média, como manda a historiografia moderna. Eileen conta como a mulher de um agregado num

castelo reza no braço da filha doente: “Do tutano deu no osso, do osso deu no nervo, do nervo deu na carne etc.”. Com surpresa, lembrei-me que em Araçuaí (MG) Sá Luiza, benzedeira, reza com as mesmas palavras. A historiadora explica em nota de rodapé que essa oração consta de uma tira de pergaminho que recentemente apareceu na restauração de um livro manuscrito em pergaminho no ano mil. Roeram as cordinhas da costura dos cadernos e, ao abrir a capa, o encadernador descobriu a tira usada na costura, guardou-a e publicou o achado numa revista especializada. O que li em holandês numa tradução do inglês era uma oração em alemão medieval, encontrada num livro todo escrito em latim. A descoberta ajuda a valorizar a tradição oral religiosa das benzedeadas do Brasil. Convém lembrar que o texto escrito revela a existência de uma oração que pode ser muito mais antiga que o livro ora restaurado.

1. A importância da religiosidade popular em geral

Depois que o Concílio Vaticano II definiu a Igreja como o povo de Deus, os bispos do CELAM, conscientes da desigualdade social na América Latina, fizeram a opção bíblica e preferencial pelos pobres e propuseram a promoção da religiosidade popular. No Brasil, o CENSO (2010) revela que 60% da população declara ser católica. Sabemos que cerca de 10% dos católicos frequenta regularmente a sua igreja. Isso significa que 6% do povo brasileiro se faz presente nas missas dominicais.

Em comunidades católicas, há celebrações de natal, semana santa, Divino Espírito Santo e do Divino Pai Eterno. Há festas de

Maria, de santos e das almas (ambos antepassados). No ritual, observam-se procissões, ofícios, folias, romarias, penitência, fogueiras, banhos e dança do cururu, de São Gonçalo. Ritos de passagem acompanham o nascimento, o casamento e a colheita. Rezam na doença, na viagem, na tempestade e na seca.

A liturgia popular da morte é uma vigília que inclui o vestir do falecido, o canto das incelências, o carregamento do caixão e o enterro. Na liturgia da festa popular – folia, festas juninas, santa cruz, congada, cristãos e mouros –, há preces, cantos, gestos e danças

que manifestam a fé do povo, mas não há pregação. Muitas dessas cerimônias são realizadas fora das estruturas paroquiais. Usam uma linguagem verbal e corporal diferente; mal há sermão; há uma significativa participação de mulheres.

A cultura popular é sustentada por comunidades. Nelas encontramos valores que incluem a hospitalidade, o voluntariado, a solidariedade e culturas fortes e coerentes com a realidade e a história de cada grupo. Estamos falando de índios, negros, brancos e seus descendentes mestiços, em cujas culturas a vida e a religião são inseparáveis. Tudo é com Deus. O pobre diz: “O pouco com Deus é muito e o muito sem Deus é nada”. Ao pé da cama, rezam: “Com Deus me deito, com Deus eu me levanto, com a graça de Deus e do Espírito Santo”. Quando o filho viaja, dizem: “Vai com Deus, meu filho, e tome cuidado”.

O culto popular é assumido e celebrado pelo povo em aliança com Deus. O sociólogo português Antônio Quadros o define assim: “o sagrado vivo e presente; o sopro do Divino, invocado ali por todos, num participado teatro de arquétipos e símbolos” (Quadros,

“A reza da erisipela tem mais de mil anos, e boa parte do missal em latim prescrito pelo Concílio Tridentino ainda não tem 500 anos.”

1987, p. 76). Nessa hora, o Deus vivo se manifesta, o mundo visível e o mundo invisível se encontram, e a liturgia acontece. Algumas características dessas celebrações comunitárias são: a linguagem do encontrar, a riqueza dos sentimentos religiosos, a variedade dos ministérios e a natural ligação entre vida e religião. Não faltam ali a espontaneidade e o bom humor. Um verso encontrado em diversos benditos diz: “Fui no céu jogar com Deus, na mesa da comunhão. Deus ganhou a minha alma, e eu ganhei a salvação”.

Distante da celebração oficial do ritual romano, correta teologicamente, a liturgia popular é mais direta e elementar, mas a última mostra a fé do povo pobre que crê no mesmo Deus Criador e em Jesus Cristo, “*Deus e homem verdadeiro*”. Só quando houver uma autêntica inculturação, que leva em conta a experiência religiosa do povo celebrante, chegaremos a uma liturgia mais brasileira e provavelmente mais frequentada.

Durante a campanha da fraternidade de 2012, “Saúde para todos”, e não generalizando os valores da religiosidade popular em geral, apresentamos uma das bênçãos rezadas por benzedoras a serviço da cura em todo o Brasil. As famílias pobres encontram na natureza (ervas, animais, minerais) vários tipos de remédios para seus males. Ajudam uns aos outros para encontrá-los e recorrem a raízes e benzedoras. Também frequentam o SUS, que funciona mal. Os problemas de saúde podem ser: dor de dente, feridas grandes, doenças de pele (cobreiro, impinja, erisipela, izipa, fogo selvagem etc.), sol ou sereno na cabeça, engasgo, íngua e cisco no olho. Todas elas têm sua oração, assim como a hora do parto, da menstruação e da última agonia. Dentro da visão antiga do corpo humano, encontramos orações para: espinhela caída, vento virado, carne quebrada, osso rendido, campanha caída e mau-olhado.

Antes de existir a cirurgia moderna, não se abria o corpo humano com medo de ofender

a alma. O conhecimento do corpo era fruto de apalpação e imaginação, principalmente. Até hoje a medicina popular tem sua visão não dualista do corpo humano, na qual trata o doente com reza, remédios e simpatias. Além disso, leva em conta a influência da lua. Destacamos aqui dois valores observados nos curadores do povo: 1) Rezam de graça, dizendo: “É Deus que cura, não podemos cobrar”; 2) Cuidam não apenas de um corpo doente, mas da pessoa como um todo. Existe também oração para a dor de barriga do cavalo. E há a falta de recursos para comprar remédios da farmácia e a desconfiança no médico que não reza.

2. A exemplar oração milenar da erisipela

Segundo dona Marciana Gomes da Cruz, “a erisipela vem de qualquer machucadura que inflamou muito. Ferimentos, caladuras e feridas fazem erisipele. A pessoa sente febre no lugar da ferida. O local fica vermelho, enche e dói muito. Fica queimando. Cura na rezadeira. Erisipele é o mesmo que ‘izipa’”. A velha Sá Luiza Teixeira Ramalho diz que “erisipele vem de machucadura, furunco, caladura, corte. Isso inflama e dá febre no local. Izipa dá de três qualidades: izipa preta que é a mais brava. O lugar fica preto. Tem izipa vermelha e izipa amarela. Cura rezando com três raminhos” (depoimentos registrados em Araçuaí, MG, em 1978).

Ao ser procurado por algum doente, o rezador Levi Maria de São Geraldo primeiro molha o dedo na saliva, faz uma cruz na erisipela, dizendo: “Assim como Deus abriu os olhos do cego, assim eu te mando: afasta deste cristão em nome da Santíssima Trindade; deixa-o viver em paz’. Torna a molhar o dedo na saliva e diz três vezes: ‘Em nome da Santíssima Trindade, tire a erisipela para nunca mais perturbar este cristão’”. Curiosamente, o rezador refere-se à cura milagrosa de um

cego, feita por Jesus através do uso da saliva, em Jo 9,6 (oração registrada em Minas Novas, MG, em 1977).

Para a doença sair do corpo, a rezadeira Ana Maria da Conceição diz três vezes uma oração mais tradicional: “Erisipela, erisipela, eu ia passando em uma estrada no Rio Jordão. Encontrei um bicho feroz e matei. Assim como matei este bicho feroz, eu mato esta erisipela. Do tutano de Fulano deu no osso, do osso deu no nervo, do nervo deu na carne, da carne deu na veia, da veia deu na pele e da pele foi pras ondas do mar e no corpo dele não volta mais” (registrada em Itinga, MG, em 1975).

A benzedeira Rosa Maria da Silva reza um pouco diferente: “Erisipele deu em Roma, de Roma deu aqui. Permito as cinco chagas de Nosso Senhor. Erisipele deu em Roma, de Roma deu aqui, daqui ele deu no ‘tutano’ (miolo do osso), do tutano deu na carne, da carne deu na pele, da pele deu em Roma, de Roma deu na cruz de meu Senhor Jesus Cristo’. Reza 3 vezes e oferece para Bom Jesus da Lapa” (registrada em Araçuaí, MG, em 1976).

Frei Célio de Oliveira Goulart, hoje bispo de São João del Rei, em Minas Gerais, anotou mais uma bênção interessante que às outras se assemelha: “Deus quando andava no mundo só fazia caridade. Encontrou São Pedro e São Paulo sentados em pedra fria. Disse Deus: ‘Pedro e Paulo de onde vieram?’ ‘Viemos de Roma, Senhor.’ ‘O que há por lá?’ ‘Izipa má.’ ‘Volta, Pedro, vai curar.’ ‘Com que, Senhor?’ ‘Com óleo de oliveira.’ Izipa dá na pele, dá na carne, dá no osso. Saia daqui izipa má. Vai pras ondas do mar, onde não escuta nem o galo cantar; nem criança chorar. Com o poder de Deus aí vai ficar.’ E ao dizer essas últimas palavras, faz-se com uma pena de galinha molhada em óleo de oliveira uma Cruz sobre o lugar do corpo que estiver afetado pela erisipela. Reza-se um pai-nosso e uma ave-maria” (registrada em Betim, MG, em 1976).

Também o rezador Benjamim Ribeiro de Souza nos confiou sua oração preciosa: “Izipa, izipela, izipa amarela. Izipa preta, izipa é tu, é tão. Sarapatão de izipa. Izipa deu no tutano, do tutano deu no osso, do osso deu na carne, da carne deu nos nervos, dos nervos deu no sangue, do sangue deu na pele, da pele foi tirada pras ondas do mar. Izipa é tu, é tão Sarapatão de izipa. Izipa para nunca mais. Vai pras ondas do mar, onde boi não berra, nem cavalo rincha, nem o galo canta. Com os poderes de Deus e da Virgem Maria pra nunca mais.’ Reza um pai-nosso e ave-maria e oferece à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” (registrada em Araçuaí, MG, em 1976).

Reflexão

Erisipela é uma infecção de pele; também chamada de izipa, izipra, zipra, ezipra, erzipa (PA), erisipele, mal do monte (BA), mal de monte ou maldita, mal de Santo Antônio, mal da praia e vermelha (AC).

O incômodo e o tratamento são explicados por benzedeiros. Há registros de diversas versões das rezas citadas acima, com algumas variações em muitos lugares do Brasil e do mundo. Os rituais para expulsar esse mal são muito antigos. Há mais de mil anos os vermes já eram expulsos como supostos causadores do mal da erisipela e associados ao demônio. A historiadora Eileen Power registrou uma esconjuração alemã do século X: “Saia verme com nove vermezinhas, do tutano para o osso, do osso para a carne, da carne para a pele, da pele para esta flecha. Amém, Senhor” (POWER, 1963, p. 22).

É possível que essa reza seja um texto germânico (celta) pagão que sobreviveu ao cristianismo e no qual passou a ser adaptado. A existência milenar dessa oração reforça a busca do seu significado. O ritual radical – a partir da raiz – simboliza uma expulsão nuclear da doença, isto é, do tutano para fora.

Entre as “Cantigas de Santa Maria” do rei Afonso X (1221-1284), “o sábio”, há algumas para curar erisipela, entre elas a chamada “Fuego de San Marcial” (*apud* Paniagua). Em 1893, padre Antunes de Siqueira registrou o benzimento para erisipela, ainda hoje usual entre os capixabas (Orico, 1975, p. 176).

Do antigo livro espanhol *Corona Mistica, inapreciable tesoro de Santas Oraciones por virtud de las quales se alcanza gracia de Dios Todo-poderoso para sanar todo genero de doencias*, editado em Barcelona (s/d), consta: “Nuestro Señor y San Pedro se ibam a pasear. Nuestro Señor le digo a San Pedro: ‘Curad la erisipela que N. padece’. San Pedro contesta: ‘Curadsela vos, por vuestra libérrima mano’. Y Nuestro Señor repuso: ‘Que la erisipela se vaya a seguida’. †Se rezam três Padrenuestros a la Santísima Trinidad” (“Quando certa vez Nosso Senhor e São Pedro iam passeando [andando pelo mundo], Nosso Senhor disse a São Pedro: ‘Cura a erisipela de que N. padece’.

São Pedro retrucou: ‘Curai-a vós, com vossa mão puríssima’. Nosso Senhor então atendeu: ‘Que essa erisipela se vá embora de pronto’. †Rezar três vezes o pai-nosso à Santíssima Trindade” [Cabral, 1957, p. 90]). Nessas orações, constatamos que o próprio Jesus ensina a oração e o remédio que curam a doença. Em Santa Catarina, Dr. Oswaldo Cabral registrou 12 benzeduras semelhantes que falam de São Pedro e São Paulo em Roma (*ibidem*, p. 84-87).

Em Santo Antônio de Jesus (BA), foi encontrada uma oração semelhante. Outras parecidas existem nos Açores. Ainda em Santa Catarina, foram registradas duas benzeduras que falam na sepultura de Cristo: “Foste nascido sem ser semeado./ Na cova de Deus foste achado./ Eu benzo a zipra, zipela e zipelão./

que Deus quando andava pelo mundo./ com tudo podia/ e de tudo benzia./ Com isso curarás/ em nome de Deus e/ da Virgem Maria. Amém” (benze-se com um galho de sabugueiro embebido de azeite). E outra: “Ó verde, sempre verde, é verde bem-aventurado./ na sepultura de Cristo nascestes sem ser semeado./ Em louvor de São Tiago e Santo Antão./ matai esta zipra, erisipela ou zipelão./ Amém” (*ibidem*, p. 92-93).

Em várias orações, é chamada de “rosa”, como nesta registrada por Ivo de Matos: “Eu me chamo rosa vermelha, como a carne e deixo o osso. Por isso, eu te corto o teu pescoço.’ Cortando uma vara verde de assa-peixe, acrescentar: ‘Eu te corto a cabeça, o meio e o rabo” (Matos, 1980, p. 56). Outra

benzeção que fala da rosa foi registrada por Osvaldo Orico, na Amazônia (Cabral, 1957, p. 92-93). Em Sete Lagoas (MG), Núbia P. M. Gomes registrou: “Fui andando no caminho/ encontrei uma vermelha./ Num sou vermelha, senhora./ sou uma

rosa comedeira./ Como a carne, deixo o osso./ Antes que o mal cresça/ corto o pescoço” (Gomes e Pereira, 1989, p. 119).

O filólogo espanhol José Manuel Pedrosa publicou uma oração de Constanza de Alfonso contra erisipela, encontrada em 1513 em documentos da inquisição: “Por la rosa curo./ e por la vexigosa./ e por la torondosa, et por albar que Dios abata e haga mal.// Dí, rosa maldita, como fuiste aquí venida? Dí, rosa malhadada, como fuiste aquí llegada? Con agua y con viento/ vine aquí por cierto.// Con viento e con agua/ fui aquí llegada.// Mas dame terceiro día de plaço/ e darte cuerpo sano.// En terceiro día de plaço/ el cuerpo sea peleado./ en terceiro día de quando/ el cuerpo sea guarido.// Mas gana, vete de cachas./ prendas te

“Sabemos que cerca de 10% dos católicos frequenta regularmente a sua igreja, isso significa apenas 6% do povo brasileiro.”

tomaré y la raya te cortaré./ donde ni gallo canta./ ni buey ni vaca brama.// Fuye, mal, allende el mar./ que Fulano no te pueda sufrir./ ni parar, ni sufrir.// Y a donde yo pongo mis manos./ Dios e Sancta Maria pongan las suyas./ e dé salud e medicina” (“Erisipela [rosa] eu curo/ e curo variola [bexiga]/ e ‘torondosa’ [sic]/ e, o espinho alvo [planta usada pelas bruxas], que Deus o abata e destrua.// Dize, rosa maldita/ como é que vieste aqui!/ Dize, rosa malvada:/ como é que chegaste aqui!// Por água e por vento./ por certo aqui vim./ Cheguei foi assim:/ por vento e por água.// Dá-me, porém, três dias de prazo./ e um corpo são te darei./ Ao terceiro dia de prazo./ teu corpo será machucado./ E, no terceiro dia de então./ teu corpo estará curado.// Mas “gana” [sic], vá pro inferno./ o que possuas eu te tomarei e te cortarei a linha/ onde nem galo canta./ nem boi nem vaca berra.// Foge, ó mal, para além do mar./ Que não possa Fulano sofrer de ti./ nem deter-se, nem sofrer.// E lá onde eu puser as mãos./ Deus e

Santa Maria ponham as suas./ dando saúde e remédio” [Pedrosa, 1993, p. 127-128]).

Além das rezas, existem remédios contra a erisipela: jurubeba, santos-filho, babosa, banana-de-são-tomé. Às vezes, um remédio é aplicado junto com a oração (Carneiro, 1942).

Finalizando

Na oração da erisipela, observamos elementos de valor. A benzedeira não dispensa o uso de remédios. O ritual pretende expulsar o mal do corpo a partir da raiz, mandando-o para um lugar distante onde não prejudique seres humanos nem animais. A antiga fórmula é fácil de ser entendida e memorizada pelo curador e pelo doente. Essa milenar oração continua compreensível até hoje. Talvez alguns de nós preferissem mandar o mal “para o espaço”! Só que pelo avanço tecnológico e por preocupações ambientais, não nos restam lugares para onde o droga da erisipela possa ser expulsada. A reflexão sobre essa parte nos levaria longe. ●

Bibliografia

- QUADROS, Antônio. *Portugal, razão e mistério*. Parte II. Lisboa: Guimarães, 1987.
- POWER, Eileen. *Het dagelijkse leven in de Middeleeuwen*. Utrecht: Het Spectrum, 1963.
- PANIAGUA, Eduardo. “Remédios curativos: cantigas de Alfonso X El Sábio.” In: *Remédios Curativos*, folheto do CD do mesmo nome (PN-240), p. 12. O autor comenta a cantiga CSM 259.
- ORICO, Osvaldo. *Mitos ameríndios e crendices amazônicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- CABRAL, Osvaldo. “A Medicina Teológica e as Benzeduras.” In: *Revista do Arquivo Municipal*. Ano XXIV, v. 160. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1957.
- MATOS, Ivo Soares de. *Mumbuca*. Belo Horizonte: São Vicente, 1980.
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Assim se benze em Minas Gerais*. Juiz de Fora: EDUFJF; Belo Horizonte: Mazza, 1989.
- PEDROSA, José Manuel. “El conjuro de la rosa y la curacion de la erisipela: poesia, magia y medicina popular en España y América.” In: *Esclepio*, v. XLV, fasc. 2. Madrid, 1993, p. 127-128.
- CARNEIRO, Alexandre de Lima; LIMA, Fernando de Castro Pires de. *Arte de Talhar a Erisipela*. Porto: Portucalense, 1942.

Também na internet:
www.vidapastoral.com.br

Aíla Luzia Pinheiro Andrade, nj,
graduada em Filosofia pela
Universidade Estadual do Ceará e
em Teologia pela Faculdade Jesuíta
de Filosofia e Teologia (Faje), onde
também cursou mestrado e
doutorado em Teologia Bíblica
e lecionou por alguns anos.
Atualmente, leciona na
Faculdade Católica de Fortaleza.
E-mail: aylanj@gmail.com.

Aíla Luzia Pinheiro Andrade, nj

3º DOMINGO DA QUARESMA

3 de março

Uma presença que convida à conversão

I. Introdução geral

Deus se faz presente na história por meio de quem aceita o encargo de falar à humanidade em nome dele. O criador do mundo guiou os patriarcas, chamou Moisés para libertar os escravos do Egito e, depois de ter enviado os profetas, revelou-se como Pai de Jesus Cristo, o emissário por excelência, resuscitado e presente nas comunidades cristãs. A constante presença divina na história nos questiona sobre a acolhida que o ser humano ofereceu a Deus através dos tempos. Crises financeiras, desastres e catástrofes da natureza não são as piores coisas que podem atingir a humanidade. O maior desastre que pode sobrevir à criação inteira é a falta de acolhida a Deus por parte da única criatura capaz de reconhecê-lo e amá-lo.

Porque a criatura não tem a existência em si mesma, mas a recebe do único EU SOU. Ao ser humano cabe responder em nome da criação inteira: AQUI ESTOU.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Lc 13,1-9): O Enviado de Deus convida à conversão

Esse texto insere-se numa série de discursos sobre a necessidade de reconhecer os sinais dos tempos. Os sinais são um convite à conversão, pois a missão histórica de Jesus marca o fim da espera e inaugura o tempo da decisão a favor ou contra o enviado de Deus. Duas desgraças públicas daquela época são citadas por Jesus com o intuito de corrigir ideias erradas sobre a ação de Deus.

Jesus mostra a necessidade de uma transformação interior e real dos ouvintes, fazendo-lhes o apelo para não se sentirem justos diante de Deus nem considerarem as vítimas de desastres como pecadores castigados. A admoestação de Jesus visa modificar a mentalidade da época, assegurando que todos são pecadores e, portanto, todos são convidados à conversão. Converter-se significa acolher a presença salvadora de Deus oferecida em Jesus. Rejeitá-la seria algo pior que um desastre.

Hoje, muitos cristãos ainda pensam que o Pai exigiu a morte do Filho como pagamento pelos pecados da humanidade. Contudo, na ressurreição de Jesus, o Pai mostra que está do lado das vítimas e que o fato de sofrer violência ou desastres não significa ser castigado pelos pecados.

O texto prossegue com a parábola da figueira, que vem confirmar esse chamamento à conversão. A imagem da figueira estéril era

muito comum na época para indicar o comportamento infiel do povo (cf. Jr 8,13; Mq 7,1). Apesar da não produtividade da figueira, ainda há uma última tentativa: esperar mais um ano. Lembremos que a atuação de Jesus inaugura o ano jubilar (Lc 4,18). Isso significa que na ação e na palavra de Jesus nos é oferecida a última oportunidade de conversão, de decisão, pois o julgamento está próximo (Lc 13,9).

2. I leitura (Ex 3,1-8a.13-15): “EU SOU” me envia a vós para vos tirar da escravidão

Esse texto sobre a vocação de Moisés está dividido em três partes: Deus exigiu que Moisés demonstrasse humildade (3,1-6), informou-lhe sobre o propósito divino (3,7-10) e assegurou-lhe que a presença divina o acompanharia (vv. 13-15).

a) Tira as sandálias (3,1-7). Moisés está acomodado, apascentando os rebanhos do sogro, e chega até a Montanha de Deus. O texto mostra que Deus chama o ser humano na vida cotidiana, desde que este se disponha a ir um pouco além da rotina diária. Para tanto, o texto bíblico se utiliza de vários elementos simbólicos. A sarça ardente é representada na liturgia judaica como o candelabro de sete lâmpadas sempre aceso no tabernáculo (hoje nas sinagogas), simbolizando a presença de Deus na criação e na história. Caberia ao judeu nunca deixar faltar o óleo (a fé) para que o ser humano fosse tocado pela presença de Deus.

Moisés viu que a sarça ardia e não se consumia porque não é intenção de Deus destruir as coisas para se fazer notado. O termo hebraico para “sarça” (*seneh*) soa parecido com Sinai e quer mostrar como o temível Deus do Sinai, a quem Moisés evita olhar, é alguém que se faz humilde num arbusto do deserto e na vida de qualquer pessoa, por mais insignificante que pense ser.

Deus conhece Moisés, chama-o pelo nome e quer também se dar a conhecer, revelando seu grandioso nome. Ao chamado Moisés respondeu *hinneni*, que se traduz por “aqui eu estou” ou “aqui eu sou”. Porque somente estando diante de Deus o ser humano encontra a própria identidade. “Tira tuas sandálias”, ordena o Senhor, “despoja-te de tua presunção, porque eu sou um Deus que, sendo grande, se faz pequeno. Deixa teus pés tocarem o pó de onde vieste, para que saibas que tua grandeza vem de Deus e não de ti mesmo”.

Deus não se apresentou a Moisés como novo deus, mas como aquele que caminhou com os antepassados ao longo da história. Tratava-se do Deus do pacto, um Deus de amor, porque quem ama se compromete com o ser amado. Israel havia se esquecido de seu Deus – afirma a hermenêutica dos mestres judeus sobre esse texto –, mas Deus não esqueceu seu povo, não rompeu com a aliança feita com os patriarcas e não deixou de acompanhar aqueles a quem amava.

b) O propósito divino (3,7-10). O Senhor chama Moisés a uma missão. Dois são os elementos principais desse diálogo: 1) a decisão irrevogável de libertar o povo (v. 8); 2) a escolha de Moisés para ser o instrumento dessa libertação (v. 10).

Os verbos empregados indicam a presença constante de Deus junto ao povo: *eu vi, eu ouvi, eu conheço as angústias dele, eu descí, eu te envio*. Pela primeira vez Israel é chamado de *terra onde corre leite e mel*. Essa expressão simboliza tudo que pode estar em contraposição à realidade de escravidão. Mas, se a terra prometida tem donos, isso significa que o dom é também uma conquista. Deus não faz 100%, porque, se assim fosse, ele não teria feito um pacto. O Deus da aliança envolve o ser humano em sua ação salvífica.

c) Um Deus companheiro (3,13-15). Depois de saber do propósito de Deus, Moisés

Visão sistemática clara, bíblica e prática da Teologia

Imagens meramente ilustrativas.

Teologia Sistemática

Wolfhart Pannenberg

O que temos em nossas mãos é uma grande síntese teológica, alimentada e aprofundada pela visão de conjunto da teologia cristã. Os volumes procuram esclarecer questões referentes à noção de verdade cristã e à comprovação do conceito cristão de Deus, trabalhando paralelamente os temas da obtenção individual da salvação por fé, graça e justificação.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

tem uma pergunta, que não deriva de abstrações filosóficas, mas tem cunho prático e pastoral: *se o povo me perguntar qual é seu nome, o que direi?* (v. 13). Nas antigas civilizações, o nome significava a própria pessoa, seu caráter, seus atributos, seu ser. A preocupação de Moisés é *como é Deus, qual a atividade dele, qual é sua ação*.

Deus responde a Moisés com o verbo hebraico “ser/estar”. Como se encontra em uma ação incompleta, devemos traduzi-lo por “era”, “sou”, “serei”, “estava”, “estou”, “estarei”. O Deus sempre presente e acolhedor do ser humano envia mensageiros para que sua presença possa ser efetiva nos que estão em situação de escravidão, para os que têm a dignidade negada. Deus é o existente e a fonte da existência de todos os seres. Seu nome significa que ele é um mistério e só pode ser visto por meio do ser humano, sua imagem. Por isso qualquer tipo de escravidão é uma ofensa a Deus, pois a imagem de Deus é roubada do ser humano quando a dignidade deste é negada.

O “nome” também significa que Deus será conhecido por meio daquilo que faz, ou seja, de sua ação na criação e na história. Ele já agiu em favor dos patriarcas, e seu nome enfatiza a presença ativa do Senhor no passado, no presente e no futuro. O versículo 12, que não foi lido nesta liturgia, afirma: *eu estarei sempre contigo*. Ele estará presente e agindo até o fim dos tempos.

3. II leitura (1Cor 10,1-6.10.12): A rocha que os acompanhava era Cristo

A maior parte da Igreja de Corinto era formada por não judeus. Por isso Paulo se preocupa com a qualidade da vida cristã nessa grande cidade, profundamente marcada pela libertinagem e pelas demais situações de pecado decorrentes da falta de compromisso com o seguimento de Jesus.

O texto proclamado na liturgia de hoje divide-se em duas partes: a) resumo da narrativa bíblica sobre o período em que o povo viveu no deserto (10,1-6); b) uma advertência contra a falsa segurança religiosa (10,10-12).

À maneira dos mestres judeus, Paulo resume e interpreta os acontecimentos da saída do Egito e da peregrinação no deserto. Os principais elementos literários e teológicos são: a nuvem, o mar, o maná e a rocha da qual saiu água (Ex 13-17; Nm 20,7-13). Há um vínculo entre a experiência de Deus que os cristãos têm no presente e a experiência de fé vivida pelos hebreus no passado. Os eventos do passado eram prefigurações do que viria em plenitude com Jesus Cristo. O êxodo do Egito foi o ato salvífico do Antigo Testamento, e a morte e ressurreição de Jesus são o evento salvífico por excelência. Esses acontecimentos não estão desvinculados. A obra redentora de Jesus Cristo é a obra do Pai.

Antes de entrar na terra prometida, Israel enfrentou vários desafios no deserto que mostraram a fragilidade de sua fé, e agora a Igreja deve mostrar a consistência de sua fé. Portanto, a Igreja tem muito que aprender com a história de Israel.

Usando um antigo método judaico de interpretação, Paulo afirma a respeito dos hebreus que saíram do Egito: “todos foram batizados”, “todos comeram”, “todos beberam”. “Todos foram batizados”: ou seja, por meio de Moisés, o libertador enviado por Deus, os hebreus receberam vida nova, deixaram de ser escravos e fizeram uma aliança com Deus. Alguns textos bíblicos aludem ao maná como “o pão do céu” (Sl 105,40). De igual forma, a água que brotou da rocha era um dom de Deus. O maná e a água são descritos como alimentos espirituais porque não eram produtos de Moisés, mas, sim, de Deus.

E, como a água brotada da rocha é mencionada no início (Ex 17,1-7) e no fim (Nm 20,2-13) da peregrinação no deserto, os mestres judeus forjaram a interpretação de

uma rocha ambulante que acompanhou o povo por 40 anos. Isso não é um absurdo, mas um simbolismo profundamente teológico, visto que em várias passagens Deus é chamado de “rocha” (Dt 32,4ss). Paulo utiliza a teologia dos mestres judeus para afirmar que a rocha era Cristo.

Os hebreus receberam os benefícios da presença divina, mas nem todos assumiram a responsabilidade com o compromisso da aliança. Seu pecado foi duplo (Nm 13-14): 1) duvidar da presença salvadora, murmurando contra Moisés; 2) confiar nas próprias forças. Paulo usa a narrativa sobre o deserto como uma advertência aos coríntios: o mesmo pode acontecer com eles.

O fato de terem participado do “batismo” em Moisés e provado da comida e bebida espirituais no deserto não garantiu aos hebreus a entrada na terra prometida. Tampouco uma participação mecânica na Igreja, sem um seguimento genuíno de Cristo, será garantia de bem-estar nesta vida e de salvação eterna.

A presunção dos coríntios lhes fez crer que a participação regular nos sacramentos lhes era garantia de ser verdadeiros cristãos. Mas, com uma leitura acurada dos eventos do passado, Paulo procura conscientizá-los desse engano. Os sacramentos revelam a presença de Deus entre nós e nos questionam sobre o tipo de vida cristã que estamos assumindo. Eles não nos foram dados para o conformismo e para a presunção, mas como fonte, cume e critério da práxis cristã.

III. Pistas para reflexão

É oportuno perguntar pelo verdadeiro engajamento na Igreja, sobre a qualidade da vida cristã e sobre o significado mais profundo do seguimento de Jesus e suas implicações na vida cotidiana. Também se deve fazer um convite à acolhida da presença de Deus no outro e à conversão diária. É bom pergun-

tar pelos sinais que mostram a veracidade de nossa fé/fidelidade ou a insensatez de nossa presunção.

4º Domingo da quaresma

(10 de março)

É necessário celebrar a reconciliação

I. Introdução geral

Nas leituras de hoje há um convite para a celebração e para a reconciliação. Nesse convite está implícita a necessidade de mudarmos nossa visão sobre Deus e, conseqüentemente, nossa relação com ele. Deus não é como o faraó do Egito e nós não devemos manter com ele uma relação interesseira, mas de amor gratuito e filial. Somente à luz desse novo olhar para Deus é que se poderá compreender o modo pelo qual ele atua na história. Enquanto pensarmos que somos justos, faremos mau julgamento das pessoas que não seguem nossos padrões religiosos. Agindo assim, seremos incapazes de sentir a necessidade de reconciliação com Deus e com o próximo.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Lc 15,1-3.11-32): Celebraram o retorno do filho à casa paterna

Em Lc 15 está a chave de interpretação da obra de Jesus: Deus sai à busca do perdido.

Os vv. 1-3, que são introdutórios, apresentam o contexto e a motivação das parábolas. Os cobradores de impostos e os pecadores se aproximam de Jesus para ouvi-lo, enquanto os fariseus e os escribas criticam a atitude de Jesus, que toma refeição com os pecadores. Sabe-se que participar da mesma mesa significa comungar das ideias e do estilo de vida. Ao partilhar a refeição com os pecadores, Jesus põe em jogo sua reputação de homem de Deus. Mas as parábolas que ele contará vão contrapor-se às murmurações dos seus adversários, mostrando a ação do Pai que se reflete na atuação de Jesus.

O texto se divide em duas cenas: o filho mais jovem (15,11-24) e o filho mais velho (15,25-32). Estas são unidas pela ação do pai, o protagonista de todo o relato. O ponto central é o encontro com o pai, comentado pelo refrão que sela toda a cena: “Este meu filho estava morto e tornou a viver, estava perdido e foi encontrado” (15,24).

Os vv. 11-16 narram a situação do filho mais novo. Sua emancipação e o desperdício de sua herança. A herança não significa exatamente bens materiais, mas tudo o que sustenta a vida. O filho mais novo se distancia, rompe com o pai; vai para uma terra longínqua, dissipa os bens e, finalmente, chega a uma situação desumana, pois cuidar dos porcos é o nível mais baixo a que um judeu poderia descer em sua dignidade. Fato mais agravante é não poder alimentar-se sequer da ração destinada a esses animais.

Os vv. 17-21 narram o processo de retorno à casa paterna. Inicialmente, com a tomada de consciência sobre a vida digna que poderia ter na casa do pai como empregado. A lembrança da fartura é contraposta à sua situação de fome e miséria. Num primeiro momento, é a fome que o impele a voltar para casa. Mas, sabedor de seu erro, reconhece que não é digno de ser

acolhido como filho. Por fim, recordando-se da bondade do pai, que não maltratava seus empregados, retorna em busca de pão. O pai, ao avistá-lo, corre-lhe ao encontro, movido de compaixão, envolve-o num abraço e cobre-o de beijos – ou seja, acolhe-o como filho amado. Ordena aos empregados que tragam roupa nova, joia e sandália, para que o filho seja restituído em sua dignidade filial. Em seguida, exige que se celebre o retorno à vida. É a alegria pelo pecador que foi convertido, pelo perdido que foi encontrado. Aqui se justifica a atitude de Jesus em partilhar a refeição com os pecadores.

Nos vv. 25-32 entra em cena o filho mais velho. Este se ressentido porque o pai acolheu o filho mais novo sem reservas. O ressentimento o leva a manter-se fora, a não comungar com a atitude paterna, e por isso até critica o pai. Este sai ao encontro desse filho também e suplica-lhe que entre, pois é necessário alegrar-se e festejar o retorno do filho mais jovem. Contudo, o filho mais velho está enciumado porque não mantém com o pai uma relação afetiva, mas, sim, serviçal.

A narrativa termina com um convite para celebrar o retorno do pecador arrependido. Jesus mostra que o Pai sai à busca dos perdidos e festeja porque são resgatados. Essa era também a atitude de Jesus e deve ser a nossa.

2. I leitura (Js 5,9a.10-12): Reconciliaram-se com o Senhor celebrando a Páscoa

Embora o Senhor tenha sido sempre fiel, a aliança ficou parcialmente interrompida por causa da desobediência daqueles que saíram do Egito. Conforme o versículo 9, a entrada na terra prometida faz que Deus remova definitivamente a vergonha do povo. Considerando a expressão “opróbrio

dos egípcios”, os mestres judeus interpretam que os egípcios escarneciam dos hebreus peregrinos no deserto, duvidando que Deus lhes cumprisse a promessa.

A Páscoa não havia sido celebrada no deserto. Agora, nova geração de hebreus reconcilia-se com Deus, retomando a aliança e o projeto divino. A celebração da Páscoa na terra prometida é renovação da aliança e reinaugura o processo histórico salvífico para o povo de Deus. Na festa da Páscoa, os hebreus celebram, principalmente, a gratuidade do Senhor, que os amou e os libertou da escravidão, os alimentou e lhes deu uma terra onde pudessem viver com dignidade.

Portanto, o texto enfatiza esse novo começo, essa nova etapa na vida e na história de Israel, que implicava uma ruptura com a desobediência do deserto. A celebração da Páscoa atualiza, ritualmente, a libertação da escravidão, mas também serve para fazer memória da história, aprender com os erros e solidificar a fidelidade a Deus.

Além de enfatizar a reconciliação na celebração da Páscoa, o texto ressalta que os hebreus comeram do produto da terra e depois disso o maná cessou (vv.11b e 12a). Esse detalhe mostra uma mudança. O povo passou do maná providenciado durante a peregrinação no deserto para o alimento que era fruto da terra. Assim como o maná, o fruto da terra é símbolo da provisão generosa de Deus, agora de forma diferente, porque a etapa histórica também é diferente.

Os hebreus estavam na terra da qual Deus havia dito que manava leite e mel, e a palavra de Deus se cumpria agora que provavam dos frutos dessa terra fértil, onde poderiam viver com dignidade. O povo confirmava a generosidade do Senhor e o total cumprimento de suas promessas.

A posse da terra prometida exigia um povo renovado, distinto do que estava no Egito, com um estilo alternativo de viver, como uma nova humanidade. Era a consolidação

Aprofunde seus conhecimentos sobre São Paulo

928 pgs.

984 pgs.

Comentário às cartas de São Paulo

Volume 1 e Volume 2

São João Crisóstomo

As obras em questão abarcam a totalidade do comentário de São João Crisóstomo (347-407 d.C.) ao *corpus paulinum*, isto é, aos escritos de São Paulo.

328 pgs.

A maldição que pesa sobre a lei

As raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso

Franz Hinkelammert

No âmago deste livro se encontra a análise da presença de Paulo em Marx e a crítica da lei feita por Paulo. A estrutura da crítica da lei de Paulo e a de Marx se mostram idênticas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

Imagens meramente ilustrativas.

das relações entre Deus e seu povo e a afirmação da identidade de povo de Deus. Por isso era necessário celebrar.

3. II leitura (2Cor 5,17-21): Somos embaixadores da reconciliação

A reconciliação descrita nesse capítulo exige uma vida nova e diferente. Os vv. 16-21 ressaltam que o começo dessa vida nova é marcado pelo modo como julgamos os outros. A sociedade atual avalia as pessoas pela aparência, pela cultura, pela inteligência, pelas posses e por sua habilidade em manipular as circunstâncias. No âmbito religioso, há a tendência de julgar os menos engajados ou os desengajados da Igreja como “pessoas do mundo” e de má conduta.

Paulo declara enfaticamente que a perspectiva da qual o cristão vê todas as coisas deve ser a mesma de Jesus. O apóstolo é credenciado para afirmar isso porque houve um tempo em que ele julgou erroneamente os seguidores do Messias.

Os vv. 17-19 salientam que em Cristo todas as coisas são velhas e agora tudo é novo, e isso ocorre por causa da graça de Deus, que reconciliou o mundo inteiro consigo. Estar “em Cristo” (v. 17a) representa uma relação íntima, e Paulo a expressa com o termo “nova criatura” (v. 17b). Falar de nova criação era a maneira usual com que se descrevia um prosélito judeu (alguém que se convertia ao judaísmo). Esse conceito adquiriu um sentido mais profundo. Os cristãos são novas criaturas porque, “em Cristo”, são pessoas renascidas com atitudes novas por meio de um espírito novo.

Por Cristo, Deus criou uma nova humanidade; tudo vem de Deus, ele é o autor da salvação. O impacto da obra redentora de Deus é a reconciliação (v. 18). O verdadeiro significado da reconciliação é que Deus tomou a iniciativa de perdoar o ser humano

por seus crimes, faltas, hostilidade, rebelião e pecado. A iniciativa foi sempre de Deus.

Na reconciliação, o perdão é essencial. Deus não considerou nossas transgressões (v. 19b), mas tomou a iniciativa de perdoar. Quando alguém experimenta a reconciliação com Deus, é natural que queira reconciliar-se com seu semelhante. Além disso, Deus “nos deu o ministério da reconciliação” (v. 18c). Somos portadores e agentes com a obrigação de realizar a reconciliação entre a humanidade e Deus; consequentemente, a reconciliação se torna possível e necessária entre os seres humanos.

Deus pôs em nossas mãos a palavra de reconciliação e espera que sejamos seus mensageiros (v. 19c). A reconciliação não é iniciativa nossa, mas é algo que Deus realizou por meio de Cristo (v. 20). O Senhor pôs de lado tudo aquilo que significava distanciamento a fim de proclamar a paz entre o Criador e a criatura. O evangelho é boa notícia, a reconciliação realizada por Deus merece e deve ser proclamada à humanidade inteira.

Paulo nos leva ao ápice do ministério cristão com a declaração de que “somos embaixadores de Cristo” (v. 20a). O papel do embaixador é singular porque está credenciado pela autoridade que o enviou. Deus nos delega como embaixadores para a obra reconciliadora.

III. Pistas para reflexão

Enfatizar que nossa condição de cristãos não nos identifica com o filho mais velho cumpridor dos mandamentos, mas, sim, com o filho pecador e necessitado de perdão. Procurar fazer que cada pessoa da assembleia se identifique com o filho mais novo, porque somente assim será possível celebrar a nossa libertação definitiva do pecado e da morte na Páscoa do Senhor.

5º Domingo da quaresma
(17 de março)

O verdadeiro louvor é ajustar-se à vontade de Deus

I. Introdução geral

O termo “justiça”, na Bíblia, denota conformidade com um padrão. Significa amoldar-se à vontade de Deus com base na Escritura. Justiça, portanto, é a qualidade de estar conforme com o que Deus espera do ser humano. Basicamente, o justo é descrito como alguém que faz a vontade de Deus em relação ao outro. Os textos de hoje chamam a atenção sobre o que é a verdadeira justiça ou sobre o que agrada a Deus e lhe dá louvor.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 8,1-11): Ajustar-se à vontade de Deus é praticar a misericórdia

Os fariseus querem uma prova concreta para incriminar e prender Jesus. Este retorna ao templo para ensinar a multidão presente naquele lugar. Enquanto ensinava, os fariseus trouxeram-lhe uma mulher surpreendida em adultério e, recorrendo à Lei de Moisés, inquiriram-lhe sobre que sentença daria (v. 6). Naquele tempo, o adultério não era considerado somente a relação sexual. Aquela mulher poderia apenas ter se insinuado para um homem, e isso já a identificava como adúltera. Nesse contexto, uma pessoa pode adular

sozinha (cf. Mt 5,27; Jesus aplica essa lei também para o homem).

Os fariseus põem Jesus à prova, pois, de um lado, não poderia ficar contra a Lei, o que seria um pretexto para acusá-lo de blasfêmia, e, de outro, era de conhecimento público sua misericórdia para com os pecadores.

Jesus, de imediato, não responde, parece ignorá-los. Sabe que a preocupação de seus interlocutores, nesse momento, não é saber a vontade de Deus para ajustar-se a ela, mas apenas ter algo concreto para incriminá-lo. Quando insistem, Jesus responde de forma inesperada, modificando o enfoque da questão e os envolvendo no assunto: “Quem dentre vós não tiver pecado atire a primeira pedra”. Nessa reviravolta, Jesus não recusa o juízo de Deus, mas deseja que os fariseus o apliquem primeiramente a si mesmos. E, como o conceito de adultério era muito mais amplo naquela época que nos dias atuais, então os interlocutores já não têm como continuar com a acusação sobre a mulher, visto que também são culpados, ainda que não tenham sido surpreendidos anteriormente.

Não tendo como continuar, cada um vai embora, começando pelos mais velhos – os mais prudentes. Assim, Jesus fica a sós com a mulher e lhe dirige a palavra, perguntando se alguém a condenou. Diante da resposta dela, ele afirma que também não a condena. A mulher é despedida de forma imperativa por Jesus, que lhe ordena que não peque mais.

Jesus se revela, nesse episódio, como o enviado do alto que mostra o rosto misericordioso de Deus, mas também o seu juízo. A justiça do ser humano é, principalmente, condenatória, diferente do juízo de Deus. A justiça de Deus é feita de perdão e de orientação para a mudança de vida. Na atitude de Jesus para com a mulher pecadora, não se revela apenas a sua identidade messiânica e profética, posta em xeque pelos fariseus, mas manifesta-se, sobretudo, a fé da mulher que confiou no seu juízo e por isso saiu justificada.

Também se revela a incredulidade dos que se recusam a enxergar o testemunho de Jesus, o enviado do Pai.

2. I leitura (Is 43,16-21): Um povo para louvar o Deus misericordioso

O texto descreve o retorno do povo de Deus à terra prometida, depois do exílio na Babilônia, como um grande evento, comparável unicamente à travessia do mar durante a saída do Egito (vv. 16-17). Mas, no mesmo texto, Deus promete fazer coisas maiores ainda (vv. 18-19). O Senhor fará algo novo, e os eventos salvíficos do passado – embora não devam ser esquecidos, porque a revelação é progressiva – não devem ser lembrados numa perspectiva saudosista.

O Deus libertador que abriu um espaço no mar para o povo passar é o mesmo que fará um caminho no deserto. Isso não deve ser tomado ao pé da letra, mas compreendido como atos salvíficos de Deus em favor de seu povo.

Abrir um caminho no deserto, em vez de contorná-lo, significa que Deus tem urgência em fazer o povo voltar para a terra de sua herança. As caravanas que saíam da Babilônia em direção a Israel levavam muito tempo contornando o deserto.

Deus não se limitará a libertar o seu povo, mas cuidará dele como no passado, fazendo surgir rios no deserto, onde antes tinha feito brotar água da rocha. A repetição ampliada das maravilhas do êxodo do Egito é testemunha de que Deus escolheu e constituiu um povo (v. 20) para o seu louvor (v. 21).

Toda a criação é atingida pelos atos salvíficos de Deus em favor do ser humano. Isso é mostrado simbolicamente quando o autor afirma que os animais do deserto agradecem a Deus (v. 20) porque, na sua infinita misericórdia, o Senhor supre a sede do povo durante a viagem de volta à terra prometida.

Esse simbolismo do louvor dos animais está em contraposição ao louvor do ser humano endereçado a Deus. Na concepção bíblica, o verdadeiro louvor consistia em um sacrifício de ação de graças (Lv 7,12) cujo aspecto fundamental era uma conduta reta, ajustada à vontade de Deus (Sl 50,23). Palavras bonitas endereçadas a Deus, mas unidas a obras injustas, faziam o louvor não ser aceito (Sl 50,13.23b).

3. II leitura (Fl 3,8-14): A vida cristã é ajustar-se a Cristo

Paulo dirige-se aos filipenses para exortá-los a configurar suas vidas à de Cristo num perfeito ajustamento à vontade de Deus. Para reforçar suas palavras, o apóstolo usa a própria história de vida. Nos versículos anteriores ao texto da liturgia de hoje, ele faz uma lista de seus títulos dentro do judaísmo. A verdadeira intenção dessa postura do apóstolo é mostrar aos seus destinatários que a sua fé em Jesus Cristo o tinha levado a uma mudança radical de vida e de perspectiva. O encontro com o Ressuscitado o fez considerar de forma totalmente diferente tudo o que antes eram coisas importantes para si.

Paulo descobriu que conhecer e agradar a Deus é o mesmo que entregar-se a Cristo, viver como ele viveu e, se necessário for, morrer como ele morreu. Essa é a verdadeira justiça, que vem da fé, e não do legalismo.

Depois de ter se dado conta da riqueza que é a verdadeira justiça, ou seja, a configuração da própria vida à de Cristo, o apóstolo se conscientiza de que ainda há longo caminho a percorrer, pois ainda não chegou à perfeição, isto é, à maturidade cristã. Contudo, sua união com Cristo o leva a avançar, tendo em vista esse alvo almejado. Essa união inclui uma participação nos sofrimentos de Jesus como parte do processo de maturidade cristã. Sofrimento é algo que todo ser humano sente, mas sofrer unido a Cristo

significa ter uma participação também na sua ressurreição.

Trata-se de santidade ativa, ajustamento ao que Deus espera do ser humano por meio da configuração a Cristo. Não se trata de esforço para comprar a salvação mediante um relacionamento com Deus baseado na retribuição. Antes, significa uma resposta à salvação, dom de Deus, dada com a própria vida. Trata-se de fazer da própria vida um louvor agradável a Deus.

III. Pistas para reflexão

Aproxima-se a Páscoa, e Deus nos convida a mostrar na nossa vida a conversão. Esse convite vem a nós, de forma especial, por meio do perdão e da misericórdia que nos são dados na eucaristia, o sacrifício de louvor que representa a totalidade da vida de Jesus em cumprimento da vontade do Pai. Comungar do Corpo e do Sangue de Cristo é comungar de sua vida, morte e ressurreição. Não podemos participar da eucaristia e viver uma vida baseada em valores diferentes dos assumidos pela vida terrestre de Jesus.

DOMINGO DE RAMOS
(24 de março)

Humilde e obediente até a morte, e morte de cruz

I. Introdução geral

As leituras de hoje destacam a humildade como fundamento da obediência. Ser humilde

Cristo vive na igreja e na pessoa do sacerdote

224 págs.

Quando Cristo vem A parusia na escatologia cristã

Leomar Antônio Brustolin

Este livro procura responder a esses apelos do tempo, da história e da criação sobre o futuro em Cristo, desde as percepções evidentes na pastoral, até os temas de confronto entre cristologia e escatologia.

184 págs.

O desgaste na vida sacerdotal Prevenir e superar a síndrome de burnout

Helena López de Mézerville

Esta obra se apresenta como o ápice de um trabalho que procura melhorar a qualidade de vida de seminaristas, presbíteros e religiosos em toda a América.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

é despojar-se do orgulho. É tornar-se uma pessoa integrada, que sabe lidar com todas as coisas e situações de forma harmoniosa. O orgulho desarmoniza, faz pessoas, ideias, objetos e situações ocuparem o lugar de Deus na vida do ser humano, tornando-o escravo de um ídolo. A palavra “obediência”, nos idiomas mais antigos, significa “prestar atenção”, “dar ouvidos”. A obediência de Jesus ao Pai significa, antes de tudo, que Jesus levou ao cumprimento pleno o projeto de amor de Deus para com o ser humano. Nem mesmo nos momentos difíceis ele voltou atrás no que ensinou e no que mostrou na própria vida a respeito de Deus e de seu reino de fraternidade universal. Nem mesmo a tortura da cruz o fez desistir de mostrar às pessoas quem é o Pai e qual a proposta dele ao ser humano. É nesse sentido que a cruz de Jesus é sinal de humildade e obediência.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Lc 22,14-23,56): Não se faça a minha vontade, Pai, mas sim a tua!

A Paixão de Jesus tem sua antecipação profética no relato da Ceia. Chegada a hora de sua volta para o Pai, Jesus põe-se a ceiar com seus discípulos. Essa última refeição que ele toma com os seus revela-se a prefiguração de sua entrega a Deus e da conclusão de sua missão. Por isso, ela é cheia de significados. A morte de Jesus não é um fracasso, um caminho sem saída, mas inauguração da paz e salvação plena na presença de Deus. É consequência de sua vida, de sua doação plena ao projeto de salvação operado por Deus na história humana. É a manifestação do reino de Deus, ou seja, da justiça e fidelidade. É o cume do anúncio do reino de Deus, proclamado desde a Galileia, o qual foi o programa

de toda a sua atuação pública. Por isso, ao dizer “desejei ardentemente”, Jesus quis dar um significado à sua morte iminente. Ela é promessa de restauração da humanidade caída. Nessa promessa, Jesus associa os discípulos a um gesto retomado do banquete judaico, inserindo os seus no mesmo destino: o destino de alguém que enfrenta a morte na firme esperança de antecipar a realeza de Deus no mundo e na história.

Após a ceia, Jesus vai ao Monte das Oliveiras e, como de costume, ora ao Pai, princípio e fonte de seu ministério. Ao vislumbrar o destino que o aguarda, Jesus recorre ao Pai. Na agonia, pede que lhe afaste o cálice do sofrimento. Mas mantém-se fiel à vontade de Deus. Não uma vontade desejosa da morte de seu Filho, mas a que revela o amor fontal e fiel de Jesus àquele de quem tudo recebe. Em nome desse amor, Jesus permanece firme até o fim. E, movido por esse amor, enfrenta os que o capturam. É com esse amor e fidelidade filial que Jesus enfrenta a traição de Judas, a negação de Pedro, a dor e a humilhação infligida a ele por aqueles a quem fora enviado: seu povo.

No Sinédrio, Jesus é rejeitado de forma definitiva pelos líderes do seu povo. Diante do Sinédrio, o evangelista estabelece a posição e a identidade de Jesus em face da autoridade judaica. A identidade de Jesus é apresentada de forma progressiva: o Cristo (22,67), o Filho do homem, glorificado à direita de Deus (22,69), o Filho de Deus (22,70). Na expressão “Filho de Deus” está presente a profissão de fé cristã. O Filho do homem foi humilhado e menosprezado pela humanidade, mas agora está glorificado por Deus como um messias-rei (cf. Sl 110,1).

Após ser rejeitado pela liderança religiosa, Jesus é submetido ao poder político, que, apesar de estar ciente de sua inocência, o condena. Acusado de rebeldia e subversão, Jesus é entregue à morte. Na obstinação dos sumos sacerdotes, dos magistrados e da

multidão em condenar Jesus, transparece a total rejeição ao projeto de Deus realizado no homem de Nazaré. A morte de Jesus situa-se ao final de uma série de infidelidades e rebeliões obstinadas contra o projeto de Deus ao longo da história.

No caminho da cruz, Jesus deixa entender que na sua morte violenta se decide o destino do povo de Deus e da humanidade. O julgamento histórico de Deus abater-se-á sobre a cidade de Jerusalém, símbolo da humanidade infiel e rebelde aos apelos dos profetas.

Jesus é crucificado entre malfeitores. O que veio para buscar os perdidos encontra-se agora entre eles, partilhando da mesma sorte. E, aqui, revela-se o rosto salvador de Deus. O Libertador de Israel não tira o Messias da cruz nem o livra da vergonha e da violência; contudo, permanece fiel ao amor também na situação mais extrema.

A inocência de Jesus é reconhecida por um dos criminosos ao seu lado. E este proclama sua total confiança em Jesus. A resposta do Filho de Deus é uma afirmação solene da salvação já hoje, da salvação escatológica que começa no hoje da história humana. Então o pecador arrependido pode escutar a “boa-nova”, o evangelho da salvação, que consiste na comunhão com Jesus no Reino dos justos. É com esse último gesto de solidariedade que Jesus dá a salvação a quem crê e se converte.

Após sua morte, a ação de Deus é reconhecida pelo centurião, ao proclamar que Jesus era um homem justo. Mas a morte não é o fim e nos lança para o que acontecerá no amanhecer do primeiro dia da semana.

2. I leitura (Is 50,4-7): Não foi rebelde nem voltou atrás

O texto mostra que, apesar dos sofrimentos, o Servo está empenhado em obedecer à vontade divina. Ele está qualificado para a

obra que Deus o destinou a realizar. Essa qualificação transparece em duas afirmações:

1) Ele tem uma língua hábil para instruir as pessoas cansadas e desanimadas de sua época. A “língua hábil” significa que as palavras são pronunciadas por alguém que é uma autoridade no que diz, em vez de ser um “blá-blá-blá” sem consistência. A habilidade para fazer isso vem de uma relação íntima com Deus.

2) Ele tem ouvido de discípulo e toda manhã recebe a instrução vinda de seu contato com Deus. É alguém que está alerta, atento, acordado; é isso que significa a expressão “cada manhã”.

Enfim, ter a língua hábil e o ouvido atento constitui o missionário competente, que antes é discípulo dócil.

Os versículos 5 e 6 mencionam o sofrimento que é fruto do desempenho do discípulo missionário. Os mesmos versículos asseguram que, apesar das muitas dificuldades, o Servo mantém uma constância destemida e leva a cabo a obra para a qual foi escolhido.

O servo não se rebelou, isto é, não voltou atrás em sua missão quando a resposta às suas palavras de consolo aos desanimados foi a perseguição e a violência. Há uma descrição da dor e da vergonha que o Servo passou: foi açoitado, esbofeteado, teve a barba arrancada, foi insultado e cuspidado. Naquela época, ter a barba arrancada era um dos maiores graus de dor e de vergonha para o homem oriental. Nenhuma dessas afrontas o fez desistir de sua missão.

O texto deixa entrever que o Servo poderia ter evitado esse sofrimento se tivesse voltado atrás na sua missão (v. 5). Várias expressões mostram isso: apresentar as costas, oferecer o queixo, não desviar o rosto.

Passar por todo esse sofrimento sem voltar atrás só foi possível porque o Senhor era aliado do Servo. Por causa dessa cumplicidade com o Senhor, o Servo não fracassou em sua missão (v. 7).

3. II leitura (Fl 2,6-11): Assumiu a forma de servo e se humilhou, tornando-se obediente

Esse texto, um hino litúrgico inserido em um contexto missionário e pastoral, tem em vista a práxis cristã, e não abstrações sobre a essência de Deus.

A primeira parte do hino (vv. 9-11) se refere à atitude de Jesus, a qual deve ser tomada como exemplo por todos os cristãos.

Nesse texto bíblico encontramos um resumo da história da salvação. Jesus foi visto pela maioria dos seus contemporâneos apenas como um homem simples do povo. No entanto, ele pertencia também a outra esfera: era de condição divina (v. 6). Tornou-se humano, como tal viveu e morreu (vv. 7-8) e foi exaltado junto a Deus (vv. 9-11).

A ideia central do texto é que Cristo não quis apoderar-se da divindade ou usurpá-la, mas, sendo de condição divina, estava disposto a renunciar aos privilégios inerentes a ela em favor do ser humano.

É para essa atitude de desprendimento pela grandeza divina que Paulo chama a atenção de seus destinatários. Jesus se despojou dos privilégios específicos da natureza divina e adotou a postura de um servo. Essa atitude de serviço e obediência, até mesmo diante do tipo de morte mais vergonhosa em sua época, significa que Cristo não usou as prerrogativas divinas em favor de si mesmo.

A disposição para o despojamento em favor do ser humano é o que Paulo está propondo como critério para a vida cristã.

Esse Jesus que se humilhou até a morte na cruz, Deus o exaltou e submeteu a ele o universo em todas as suas dimensões. A menção de todos esses aspectos da história da salvação tem por objetivo fazer com que os cristãos aprendam a viver com o mesmo desprendimento, consideração pelo ser humano e obediência a Deus que caracterizam aquele a quem seguem: Jesus Cristo.

III. Pistas para reflexão

Evitar falar da Paixão de Cristo como se esta fizesse parte de um plano sádico de Deus Pai com o objetivo de lavar os pecados da humanidade. Deus é amor infinito e não teria sentido esse tipo de atitude para com seu próprio Filho. O plano de salvação de Deus na pessoa de Jesus foram a encarnação e a elevação da humanidade por meio de toda a vida e ação de Jesus, e porque assumiu muito bem esse plano e decidiu não se arredar dele nem sob as piores ameaças e riscos, sob os poderes políticos, econômicos e religiosos contrários, o crucificaram. Também evitar culpar grupos judaicos ou o Império Romano pelo acontecido a Jesus, pois todos eles estão no passado temporal. Ao contrário, ressaltar que, na condenação de Jesus, se manifesta o orgulho de todo ser humano e sua rebelião contra o projeto de amor e fraternidade do Pai.

Os roteiros do Tríduo Pascal:

Quinta-feira Santa, Sexta-feira Santa e Vigília Pascal podem ser acessados no *site* da revista *Vida Pastoral*.

www.vidapastoral.com.br

Domingo da Páscoa

(31 de março)

Os sinais da ressurreição de Cristo

I. Introdução geral

Nas Sagradas Escrituras, um sinal não é simplesmente um evento milagroso, mas

algo que aponta para uma realidade de significado mais amplo. Por analogia, é como um sinal de trânsito, que serve para orientar os viajantes na estrada, de sorte que ninguém erre o caminho ou corra risco de acidentes. Um sinal na estrada faz-nos chegar a nosso destino sem incorrer em nenhum dano. Nos textos bíblicos, os sinais indicam que Deus está realizando algo que não é percebido por quem não fez a experiência de fé e amor. Os sinais não servem como provas ou argumentos lógicos para convencer ninguém, porque somente podem ser percebidos por quem faz a experiência de fé e amor. É esta que indica que um acontecimento comum é sinal da ação de Deus.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 20,1-9): O túmulo vazio

O trecho divide-se em duas cenas no cenário do sepulcro: a visita de Maria Madalena (vv. 1-2) e a visita dos discípulos (3-9).

Na manhã do primeiro dia da semana, antes da alvorada, Maria Madalena vai ao sepulcro, vê a pedra removida e volta correndo para avisar aos discípulos. Ela não entra, mas suspeita que o corpo do Senhor tenha sido roubado.

Diligentemente, os dois discípulos correm ao sepulcro. Ambos saem juntos, mas é o outro discípulo que chega primeiro e se inclina para ver as faixas mortuárias. Ele não entra; espera que Pedro seja o primeiro a entrar e o segue para o interior do sepulcro. O Discípulo vê e crê. O Evangelho de João atribui ao Discípulo Amado a fé na ressurreição de Jesus pela primeira vez.

Observe-se que a forma de ver de Pedro é diferente da do outro discípulo. Pedro vê,

Vamos cultivar a paz?

352 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

Imaginar a paz

Elie Wiesel

A obra reúne vários textos sobre como viver em um mundo tão diferente, mas sob uma perspectiva que proporcione harmonia e paz para todos os povos de diferentes religiões, línguas e raças.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

mas não crê, ainda que seu ver denote disposição para tal. Ao passo que o “ver” do outro discípulo acompanha a fé, indica a compreensão exata e a verdadeira tomada de consciência. Esse ver é propiciado pelo amor. Somente o amor possibilita ver, nos sinais da ausência do corpo, a presença do Ressuscitado. Por isso o Discípulo crê de imediato.

O crer, em João, tem o sentido de compreensão do mistério, que é a ressurreição de Jesus, cujos sinais para serem compreendidos exigem adesão da fé. Aqui os sinais são o túmulo vazio e as faixas deixadas não de qualquer jeito, mas dobradas.

O evangelho quer ressaltar a prontidão do Discípulo para discernir os vestígios do Senhor ressuscitado. No entanto, o final do texto nos apresenta algo importante. No processo de compreensão da fé no Ressuscitado está presente a Escritura, na qual se atesta a ressurreição. Somente compreendendo a Escritura é que se poderá chegar ao verdadeiro crer, sem a necessidade do ver. Eles tiveram de ver para crer. Mas o evangelho quer transmitir para sua comunidade que, se tivessem entendido as Escrituras, não necessitariam do ver.

O evangelho afirma que o itinerário da fé se baseia nas Escrituras e no testemunho dos apóstolos. Mas é, em última análise, o amor que conduz o discípulo pelo itinerário da fé.

2. I leitura (At 10,34a.37-43): Deus purificou os gentios

Esse relato trata da primeira vez em que Pedro se dirigiu a ouvintes não judeus. O texto faz um resumo da vida de Jesus (v. 37-41), a quem Deus constituiu juiz dos vivos e dos mortos (v. 42), e do testemunho dado pelos profetas a respeito de tudo isso (v. 43).

Aos judeus foi destinada, em primeiro lugar, a mensagem do evangelho (v. 36). Mas agora o anúncio do Reino é endereçado a todas as pessoas. Quando Pedro reconhece que

Deus não faz acepção de pessoas, isso não quer dizer que antes pensasse o contrário, pois tal noção está escrita em Dt 10,17. O que se está afirmando é que, até então, Pedro pensava, como os demais judeus, que os gentios tinham de sujeitar-se à circuncisão e a outros ritos da Lei de Moisés para somente depois terem acesso às bênçãos messiânicas. Para todo judeu, os gentios, por mais simpáticos que fossem do judaísmo, eram sempre considerados impuros em relação ao aspecto do culto.

Agora Pedro admite que Deus purificou os gentios e que os apóstolos, testemunhas da ressurreição, receberam o encargo missionário de anunciar a boa-nova a todos os povos.

3. II leitura (Cl 3,1-4): A vida cristã

“Nós ressuscitamos com Cristo”, afirma o primeiro versículo desse texto. Primeiramente, a ressurreição é tratada como realidade que começa já neste mundo, no tempo presente. Posteriormente é que se destacará a ressurreição como acontecimento do fim dos tempos.

Quem faz a experiência da ressurreição deve mudar a conduta de vida e também os conceitos intelectuais. “Cuidai das coisas do alto, não do que é da terra”, afirma o v. 2. Não se trata de uma orientação para que a Igreja seja “alienada”. Quer dizer que nossa vida é regida pela vitória de Cristo sobre o pecado e a morte, em contraste com o dispêndio de energias em valores contrários ao reino de Deus. Significa que a Igreja deve ter as aspirações determinantes de suas ações embasadas nos ensinamentos e na vontade daquele que agora está entronizado à direita de Deus.

Do contrário, quando a Igreja valoriza demasiadamente certos aspectos pouco relevantes para o seguimento de Jesus, encontra-se buscando as coisas da terra. Quem

morreu para o pecado recebe a vida nova, a ressurreição, algo que não é visível ao olho natural, e por isso a mudança de vida não é compreendida por quem observa tudo apenas pela ótica intelectual. Mas haverá um momento em que a vida ressuscitada será visível e palpável para todos, na segunda vinda de Cristo com poder e glória.

III. Pistas para reflexão

Ressaltar que os “sinais” são revelações indiretas dadas pelo Senhor, em contraste com o modo exato de comunicação realizado no nosso cotidiano. Nesse tipo de revelação, situações do dia a dia são carregadas de um excesso de significado que desperta a curiosidade das pessoas. Os “de fora” da comunidade percebem “algo mais” quando observam o estilo de vida cristã. É nesse sentido que a Igreja é luz, sal e fermento para o mundo. Resta saber se, olhando para nossas vidas, “os de fora” conseguem receber a revelação de Deus.

2º Domingo da páscoa
(7 de abril)

Testemunhas da ressurreição

I. Introdução geral

As leituras de hoje apresentam três temas importantes: a realidade da ressurreição, a confissão de fé, a relação entre ver e crer. A experiência do encontro com Jesus ressuscitado leva o discípulo a professar: meu Senhor e meu Deus! A profissão de fé resume a caminhada de Israel e da Igreja. Todos os sinais

que perpassam pela Escritura pedem do leitor uma profissão de fé como a de Tomé.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 20,19-31): Os primeiros discípulos testemunham a ressurreição de Cristo

Na tarde daquele mesmo dia (o da ressurreição), Jesus aparece aos discípulos reunidos. Tomé está ausente. O Ressuscitado dá-se a conhecer, dá-lhes o Espírito e o poder de perdoar o pecado, fazendo que os apóstolos sejam investidos para continuar a sua missão.

“Vimos o Senhor”, dizem os apóstolos a Tomé, mas este não lhes dá crédito. Com essa expressão atribuída aos apóstolos, encontramos o primeiro testemunho eclesial e o que-rigma da ressurreição.

Tomé não crê no testemunho dos discípulos e pretende uma constatação pessoal – simboliza a pessoa que precisa ver para crer. Muitos outros, durante o evangelho, pediram de Jesus milagres para crer em sua pessoa. Mas Jesus lhes disse que não teriam outro sinal senão o de Jonas. Esse sinal é dado agora: Cristo ressuscitado está no meio de sua comunidade. Tomé quer atestar sua fé vendo e tocando Jesus. Mas o evangelista chama a atenção para o *crer sem ver*, baseado no testemunho dos discípulos.

No domingo seguinte, Jesus aparece novamente aos discípulos, desta vez na presença de Tomé, a quem repreende por sua incredulidade. Jesus mostra-lhe as mãos e o lado para certificar-lhe de que o Ressuscitado é o Crucificado, mas está diferente, vive numa nova realidade, além do tempo e do espaço.

O medo transforma-se em alegria. A paz e a alegria são dons do Cristo ressuscitado

e, ao mesmo tempo, condição para reconhecê-lo. Jesus realiza as promessas feitas aos discípulos, enviando sobre eles o Espírito. A missão a que são destinados continua a missão de Jesus (17,18). Como o Pai enviou seu Filho para perdoar os pecados, assim Jesus envia os discípulos. Ao soprar sobre eles (v. 22), expressa a ideia de criação renovada. O Espírito recria a comunidade dos apóstolos e descerra suas portas para a missão.

2. I leitura (At 5,12-16): A ação do Espírito Santo na Igreja testemunha a ressurreição de Cristo

O relato é uma descrição resumida da vida das primeiras comunidades. Os milagres realizados pelos apóstolos ratificam a assistência do Espírito Santo à comunidade, confirmando com sinais a palavra anunciada pelos apóstolos.

A menção ao “Pórtico de Salomão” destaca a proclamação do evangelho, já que esse local, no Templo de Jerusalém, ficava no átrio dos gentios e era destinado à instrução.

O número dos fiéis crescia cada vez mais (v. 4), e o evangelho despertava o interesse das cidades vizinhas, dando ocasião para que a Igreja se expandisse para além de Jerusalém, estendendo-se pela Judeia.

3. II leitura (Ap 1,9-11a.12-13.17-19): A Igreja testemunha a ressurreição de Cristo até que ele venha

A expressão “dia do Senhor”, no Antigo Testamento, significa principalmente a intervenção de Deus por meio do Messias, no fim dos tempos. Para o Novo Testamento, a ressurreição de Cristo inaugurou os últimos tempos, que já estão presentes, embora ainda não tenham chegado à plenitude.

No “dia do Senhor”, o Espírito Santo fez que João, homem atribulado por causa da palavra e do testemunho, contemplasse a atuação do Ressuscitado na Igreja.

A comunidade dos seguidores de Jesus em sua totalidade, simbolizada pelo número sete, recebe a luz de Cristo e a reflete para o mundo. A visão do Filho do homem em meio ao candelabro de ouro assegura a presença do Ressuscitado em sua Igreja até o fim dos tempos.

Seus cabelos brancos simbolizam a eternidade. Seus olhos “como chamas de fogo” representam a visão penetrante, ou seja, seu conhecimento de realidades não percebidas por mais ninguém. Essas realidades escondidas ao olho natural é que serão reveladas ao ser humano.

Os pés de bronze simbolizam a sua estabilidade inabalável. As sete estrelas são os líderes das comunidades em sua totalidade. Estes estão amparados na mão direita do Ressuscitado, que sustenta e mantém a sua Igreja.

O Filho do homem diz palavras de consolo: “Não temas!” (v. 17). Sua natureza é divina: ele é o “primeiro e o último”, título de Deus no Antigo Testamento (Is 44,6; 48,12).

O texto afirma que o Filho do homem esteve morto, é o crucificado, mas venceu a morte e possui a vida eterna. Seu domínio se estende sobre os céus, sobre a terra e sobre o reino da morte. Ele controla a história.

III. Pistas para reflexão

Felizes os que creem sem ter visto, pois confiam nas testemunhas da ressurreição de Cristo. As pessoas de todos os tempos e lugares encontram nas Escrituras o testemunho dos apóstolos. Mas isso não dispensa um encontro pessoal e íntimo com o Ressuscitado. Esse encontro se dá nos locais onde ele está presente de maneira mais profunda: a liturgia da Igreja (culto eclesial), a liturgia

do coração (adoração pessoal e interior de Deus) e a liturgia da vida (apostolado, compromisso com o outro).

3º Domingo da páscoa
(14 de abril)

A criação inteira louva o Cordeiro que esteve morto e agora vive

I. Introdução geral

O núcleo da mensagem de Jesus era o reino de Deus. Mas a pregação dos apóstolos passou a ter como centro a vida e as palavras de Jesus, pois a partir da sua morte e ressurreição tornou-se inconcebível pensar o reino de Deus sem fazer referência àquele por meio do qual Deus exerce agora seu reinado. A expansão desse reino é inevitável quando se anuncia o evangelho, embora forças contrárias à sua propagação tentem calar seus arautos. Ao final, o Cordeiro será vitorioso, triunfando sobre o antirreino.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 21,1-19): Um tipo de morte que glorifica a Deus

O texto narra outra aparição de Jesus e tem como tema principal a missão da Igreja sob a guia do Ressuscitado.

O número sete significa perfeição ou totalidade. Aqui traduz a comunidade perfeita, a

Filosofia e Teologia em foco!

390 págs.

Filosofia para entender Teologia

Diogenes Allen e Eric O. Springsted

O objetivo, como o próprio título afirma, é demonstrar que não é possível entender a Teologia sem considerar a dinâmica das questões filosóficas que, ao longo da história, contribuíram para a formação do pensamento ocidental.

248 págs.

O filósofo e a Teologia

Étienne Gilson

Étienne Gilson (1884-1978) publicou algumas das mais influentes obras do pensamento cristão contemporâneo, especialmente na sólida retomada do legado de Tomás de Aquino. Em *O Filósofo e a Teologia* encontramos uma análise de vários percursos que fez até consolidar a convicção da imprescindível base escolástica para ombrear Fé e Razão.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

PAULUS

Imagens meramente ilustrativas.

que se reúne em torno do banquete (vv. 9-13). Os protagonistas da cena, Pedro e o Discípulo Amado, são os mesmos que entraram no sepulcro vazio. Novamente, o Discípulo Amado reconhece o Senhor. É o amor que precede esse reconhecimento. Mas é Pedro, dessa vez, que corre ao encontro do Senhor (v. 7). É também ele quem toma a iniciativa de pescar e de trazer para a praia a rede cheia de peixes (v. 11). Assim, entrelaçam-se o reconhecimento do Ressuscitado e o serviço missionário representado pela pesca. Sem esse reconhecimento, o trabalho é estéril (v. 3); somente com Cristo ele se torna fecundo (v. 7). Os 153 peixes grandes simbolizam o grandioso sucesso da missão e seu caráter universal.

A Pedro é confiada a tarefa pastoral na Igreja (vv. 15-17). As três perguntas que Jesus lhe faz sobre se ele o ama correspondem às três negações do apóstolo. Pedro não ousa afirmar que ama o Senhor mais que os outros discípulos. Sua resposta é humilde, pois sabe de sua fraqueza e tem consciência de que sua tarefa é fundada na graça. Jesus pergunta a Pedro considerando sua disponibilidade, e é a partir daí que lhe é confiada a missão.

No v. 18, Jesus apresenta a Pedro a total disponibilidade que o discípulo deve ter para o seguimento. Caminhar com Jesus é assumir também seu destino: o martírio. Dessa forma, o serviço que Pedro assume no pastoreio deve ser feito num total dom de si. Esse dom só é possível para aquele que ama, ainda que não o faça “mais que os outros”. Esse amor incondicional, que o próprio Cristo vivenciou, Pedro aprenderá em sua caminhada. Por enquanto, sua própria entrega foi o reflexo desse amor.

2. I leitura (At 5,27b-32.40b-41): Dignos de sofrer pelo nome de Cristo

Os apóstolos foram conduzidos ao Sinédrio e o sumo sacerdote os acusou de desobedecerem à proibição de proclamar o nome

de Jesus. Em nome da Lei divina, o Sinédrio condenou Jesus, e a divulgação da ressurreição deste representava dura acusação contra o tribunal – pois, se Deus ressuscitou o condenado, isso significava que seus juízes eram culpados e este era inocente.

Pedro respondeu que iria obedecer primeiramente a Deus e não a autoridades humanas. Mencionou ainda a assistência do Espírito Santo no encargo de testemunhar tanto a morte quanto a ressurreição de Jesus.

O Sinédrio, então, intimou os apóstolos a não falar mais no nome de Jesus. Mandou açoitá-los e soltá-los. A conduta deles após os açoites indica que ficaram felizes por terem sido achados dignos de sofrer por causa do nome de Jesus. As injúrias significavam que eles estavam, de fato, fazendo a vontade de Deus, caso contrário não teriam incomodado ninguém e suas palavras teriam sido bem-aceitas.

3. II leitura (Ap 5,11-14): O Cordeiro é digno de louvor e adoração

O capítulo 5 de Apocalipse tem como tema central Jesus Cristo redentor, glorioso e vencedor, que traz em suas mãos os destinos da história. João contempla um número incontável de seres que proclamam a dignidade do Cordeiro. Os sete títulos (poder, riqueza, sabedoria, força, honra, glória e louvor) indicam a plenitude da dignidade e da obra redentora de Cristo e a perfeita glorificação daquele que a realizou.

Nos versículos 13 e 14, o cântico que começou no céu se estende por todos os âmbitos da criação, em exclamações de louvor unidas à liturgia celeste.

III. Pistas para reflexão

Destacar as inúmeras dificuldades sofridas por quem está engajado na propagação

do reino de Deus na terra. Animar as pessoas – que passam por diversos tipos de sofrimentos e tribulações – a se manterem firmes, alicerçadas na fé em que o Cordeiro ressuscitado, vitorioso sobre a morte e o pecado, está presente na vida das comunidades.

4º Domingo da páscoa
(21 de abril)

As minhas ovelhas me seguem e eu lhes dou a vida eterna

I. Introdução geral

O simbolismo do pastor, guia do rebanho, exprime ideia de autoridade e companheirismo. A autoridade fundamenta-se numa relação afetiva. Há um conhecimento mútuo. É baseando-se nesses aspectos cotidianos da vida pastoril que a Bíblia destaca, primeiramente, Deus como pastor de Israel e, depois, Jesus como pastor de todos os seres humanos.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 10,27-30): Ninguém tira minhas ovelhas do meu rebanho

Neste 4º domingo da Páscoa, vemos novamente a temática do pastor e das ovelhas. Jesus é o verdadeiro pastor. Ele conhece as suas ovelhas. Estas escutam sua voz e o seguem.

O seguimento só é possível para quem reconhece a voz do Ressuscitado. Os que seguem o Ressuscitado têm a “vida em seu nome”, receberão a vida eterna. Não perecerão, conforme Jesus afirmou no discurso da despedida (Jo 13,12-15).

As ovelhas não podem ser arrebatadas da mão de Jesus porque foi o próprio Pai que lhas deu. E as obras do Filho revelam a vontade do Pai, porque eles constituem uma unidade. É tal unidade a fonte da força de Jesus. E essa força é transmitida aos que recebem a sua vida. Por isso o mundo não pode arrebatá-los aqueles que são de Jesus.

2. I leitura (At 13,14.43-52): Os gentios são as novas ovelhas no aprisco

Uma grande multidão se reuniu para ouvir a palavra de Deus (v. 44). O texto afirma que, vendo a multidão, os adversários de Paulo ficaram cheios de inveja e, insultando-o, se opuseram ao que ele dizia. A menção desse acontecimento tem como objetivo chegar à declaração de que o evangelho foi anunciado primeiro aos judeus; entretanto, já que eles o recusaram, a boa-nova foi levada aos gentios.

A decisão de proclamar o evangelho entre os gentios fundamenta-se numa ordem do Senhor (At 13,47; Is 42,6; 49,6). A resolução de voltar-se para eles propiciou-lhes grande alegria (v. 48). Contudo, os adversários de Paulo não ficaram passivos: valeram-se da simpatia de algumas mulheres de alta posição social, que induziram os magistrados da cidade a expulsar Paulo e Barnabé.

Ao saírem da cidade, os apóstolos realizaram o gesto simbólico de sacudir a poeira dos pés. Antigamente, esse gesto era realizado pelos judeus quando vinham de outras nações para Israel. Como os gentios eram considerados impuros, os judeus, ao entrarem na Terra Santa, sacudiam a poeira das

terras estrangeiras que traziam nas sandálias. Ao realizar esse gesto contra os judeus que o perseguiram, Paulo mostrou o contrário, não é a nacionalidade que torna alguém puro ou impuro. Nesse caso, a impureza está nos sentimentos invejosos, nas blasfêmias e atitudes dos opositores de Paulo, o que é demonstrado, com o gesto de sacudir a poeira dos pés contra eles.

3. II leitura (Ap 7,9.14b-17): Diante do Cordeiro-pastor há uma multidão vinda de todas as nações

João viu uma multidão incontável, de todas as etnias, diante do trono do Cordeiro. As palmas que traziam nas mãos evocam as que eram usadas na liturgia judaica da festa das Tendras (Lv 23,40) para louvar o Deus de Israel.

As vestes brancas, alvejadas no sangue do Cordeiro (v. 14), significam que os mártires permaneceram puros, não se deixaram contaminar, seja pela idolatria, seja pela apostasia, e por isso sofreram a morte. Por causa de sua fidelidade, agora estão diante do trono do Cordeiro vitorioso, realizando uma liturgia celeste.

Eles nunca mais terão fome, porque lhes foi dado o fruto da árvore da vida. Não sentirão mais sede, pois o Cordeiro-pastor os conduz às fontes de água viva (Ap 7,17; 21,6; Sl 23,1). Nunca serão queimados pelo sol (Is 49,10), porque o sol é o Cordeiro (Ap 21,23; 22,5). Todas essas imagens, em seu conjunto, significam que a perseguição e os sofrimentos não têm a última palavra, não são a realidade última do ser humano.

“Deus enxugará toda lágrima” (Ap 7,17; 21,4; Is 25,8). Essa seção do Apocalipse pode ser vista como uma resposta à oração sacerdotal de Jesus em Jo 17,21, quando orou para que seus discípulos estivessem com ele e vissem sua glória.

III. Pistas para reflexão

Pedir à comunidade que ore pelas pessoas que têm derramado muitas lágrimas e que seja sensível a elas. Talvez haja pessoas aflitas e atribuladas na comunidade e ninguém toma conhecimento disso. Os discípulos de Jesus têm de estar atentos ao outro. Têm de ir ao “próximo” e lhe dar a garantia de que Deus é solidário com os que estão sob muitas aflições. Insistir que não há ninguém fora do amor de Deus e por isso deve ser evitado qualquer preconceito.

5º DOMINGO DA PÁSCOA

(28 de abril)

O amor: estatuto da nova comunidade

Celso Loraschi

I. Introdução geral

A fé em Jesus Cristo ressuscitado nos dá a certeza de sua presença no meio de nós. Ele nos oferece o caminho da plena realização humana, dando-nos o mandamento novo. Pelo amor uns aos outros, revelamos que somos discípulos de Jesus (evangelho). Ele nos amou primeiro, entregou sua vida pelo resgate da dignidade de todos os seres humanos. Essa boa notícia precisa ser acolhida e anunciada com entusiasmo. Todo discípulo é também missionário. O discípulo missionário vive e orienta sua vida comunitariamente (I leitura). Uma comunidade de amor torna-se espaço sagrado, pois aí mora Deus. Toda a humanidade é chamada a viver de modo a

respeitar a presença de Deus, que, definitivamente, estabeleceu sua tenda no mundo. Sua presença transforma todas as coisas. A utopia de um novo céu e uma nova terra torna-se realidade (II leitura). Acolher essa verdade implica viver e promover novas relações entre nós, seres humanos, com a natureza e com todo o universo.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 13,31-33a.34-35): O estatuto da nova comunidade

Este texto está situado logo após o relato do lava-pés e do anúncio da traição de Judas. No lava-pés, durante a Ceia, Jesus dá o exemplo do que significa amar. Respeita a liberdade do ser humano, mesmo que isso implique prejuízo da própria vida. Ele a entrega também para o seu traidor. O amor de Jesus não julga, não usa de violência nem condena. O fruto desse seu amor livre e radical consiste na salvação do mundo. Esse amor, puro dom, deve ser entendido e posto em prática por seus discípulos.

A glória de Deus manifesta-se em Jesus, seu Filho encarnado, que realiza em plenitude o projeto do Pai. O amor infinito de Deus é comunicado a toda a humanidade por meio de Jesus. O advérbio “agora” refere-se aos últimos acontecimentos da vida de Jesus. Paradoxalmente, em sua morte manifesta-se sua glória e a do Pai. Em 12,23-24, Jesus anunciara: “É chegada a hora em que será glorificado o Filho do homem. Em verdade, em verdade vos digo: se o grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas, se morrer, produzirá muito fruto”. O “agora” (a hora de Jesus) supera o sentido cronológico, para indicar a maneira pela qual Jesus cumpre fielmente a missão a ele confiada pelo Pai. Ambos vivem em total intimidade,

Refleta sobre os acontecimentos da sociedade pós-moderna

160 págs.

Globalização neoliberal e exclusão social

Adriano Sella

Este livro é uma tentativa de sistematizar e fundamentar parte das assessorias e palestras administradas pelo autor, ao longo de vários anos, sobre a questão social e as alternativas possíveis para construir uma sociedade justa e solidária.

160 págs.

Filosofia da libertação Crítica à ideologia da exclusão

Enrique Dussel

Este livro apresenta diálogos críticos com filósofos de fama reconhecida e muito diferentes um do outro: Paul Ricoeur, Karl-Otto Apel, Charles Taylor e Richard Rorty.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br

Imagens meramente ilustrativas.

ambos são glorificados pela entrega da vida que Jesus faz, livre e conscientemente, em resgate da vida de todos (vv. 31-32).

Ao anunciar aos discípulos a sua partida iminente, Jesus enfatiza o que deve caracterizar a vida da comunidade de fé. O amor que ele manifestou, na fidelidade ao Pai, com todas as suas consequências, deve ser a nota distintiva dos seus seguidores. O novo mandamento do amor é a síntese de toda a Lei da Nova Aliança. Constitui o estatuto que fundamenta a comunidade cristã. É importante prestar atenção na partícula “como”. Amar como Jesus amou é viver cotidianamente a atitude de serviço. Lembrem-nos que esse novo mandamento é formulado no contexto do lava-pés. O amor estende-se também aos inimigos. Mesmo traído por um membro do seu grupo íntimo, Jesus não entra no jogo da vingança, da violência e do ódio. Ele respeita a liberdade alheia e permanece em atitude de amor-serviço. Os discípulos estão convidados a amar como o Mestre.

2. I leitura (At 14,21b-27): O cuidado com a comunidade

O episódio situa-se no contexto da primeira viagem missionária de Paulo e Barnabé. Estão no caminho de volta para Antioquia da Síria, de onde partiram como delegados daquela comunidade cristã. Em cada local por onde passam, os missionários organizam uma Igreja, formada pelas pessoas que aderem à fé em Jesus Cristo. Sempre que possível, visitam as comunidades, para “confirmar o coração dos discípulos, exortando-os a permanecerem na fé”, mesmo no meio de conflitos de toda ordem. Designam “anciãos” (presbíteros), lideranças responsáveis pela animação da comunidade, tendo em vista a fidelidade ao evangelho aí anunciado. Em cada Igreja, estabelecem uma estrutura básica para assegurar a perseverança no caminho de Jesus.

Esse cuidado expresso pelos missionários revela profunda convicção da verdade anunciada, Jesus Cristo, o Salvador. Em vista desse anúncio, enfrentam todo tipo de tribulação. Atentando para a experiência vivida ao longo dessa primeira viagem, Paulo e Barnabé preocupam-se com os novos convertidos, a fim de que se mantenham fiéis à verdade que, de agora em diante, deve governar a vida da comunidade. Os recém-convertidos, certamente, ainda necessitam de uma catequese mais profunda, e, além disso, sua adesão ao novo caminho deve ter provocado incompreensões e até cisões na própria família. Outrossim, num mundo onde proliferavam doutrinas e filosofias diversas, como era o greco-romano, faziam-se necessárias orientações claras para que o evangelho não fosse deturpado ou manipulado.

Viver na fidelidade a Jesus Cristo é como “remar contra a corrente” das ideologias dominantes. A fidelidade à Verdade pode provocar tribulações. O sofrimento, porém, longe de levar ao desânimo, deve tornar o discípulo ainda mais fortalecido em sua opção pelo reino de Deus. Para isso, a oração em comum e a solidariedade fraterna são fundamentais.

3. II leitura (Ap 21,1-5a): Um novo céu e uma nova terra

Esse texto tem ligação com os primeiros capítulos do Gênesis. Refere-se a uma nova criação. É o anúncio da era messiânica. A antiga ordem, alicerçada no mal, passará. O mar, morada do dragão da maldade, vai desaparecer. Não se trata, logicamente, do mar físico, mas do símbolo do caos construído pelos que seguem o projeto de Satanás – que, no caso das comunidades do Apocalipse, se refere ao Império Romano.

Essa nova ordem social – o novo céu e a nova terra – é fruto da intervenção divina. O Criador de todas as coisas, conforme descrito no início do primeiro livro da Bíblia, é

também aquele que renova todas as coisas, conforme descreve o último livro. Ambos os relatos não se opõem, mas completam-se. O relato do Gênesis revela o rosto de Deus criador, que convive com suas criaturas e dialoga com o ser humano; do mesmo modo, o Apocalipse resgata essa feliz realidade da presença de Deus que recria e transforma.

A tenda definitiva nessa cidade santa – a Jerusalém nova – relembra a ação de Javé na caminhada do êxodo, conduzindo o povo de Israel para longe da escravidão do império egípcio. Agora, as comunidades cristãs, em meio à violenta opressão do Império Romano, iluminadas pela manifestação de Deus na tradição judaico-cristã, vislumbram a certeza da libertação definitiva.

O mundo sem males sempre motivou a caminhada do povo de Deus, sobretudo em contextos sociopolíticos caracterizados pelo autoritarismo, pela escravidão e pela exclusão da maioria. A monarquia israelita e os diversos domínios externos (babilônico, persa, grego e romano) são demonstrações mais que suficientes do poder do mal. Apesar de sua força e de suas pretensões, não poderão, porém, impedir a vinda do novo tempo da justiça e da paz. A tradição profética, de maneira especial, levantou continuamente a perspectiva da esperança militante, animando o povo à fidelidade à aliança (cf., por exemplo, Jr 31,31-34 e Is 65,17-25). Mas, sempre que essa fidelidade é rompida, Deus demonstra sua justiça e sua misericórdia, oferecendo gratuitamente a salvação. A expressão máxima da salvação divina revelou-se em seu Filho, Jesus Cristo, o Cordeiro que tira o pecado do mundo.

III. Pistas para reflexão

Jesus, antes de formular o estatuto da nova comunidade – o mandamento do amor –, viveu exemplarmente. O lava-pés caracteriza-se como a atitude-síntese de toda a vida de Jesus:

ele veio para servir e não para ser servido. Seu testemunho de vida se dá junto à pequena comunidade constituída pelos apóstolos; eles deverão viver esse mandamento como condição para serem reconhecidos como seguidores de Jesus. Como fez o Mestre, os discípulos são chamados à opção radical pelo amor até a extrema fidelidade: dar a vida por quem se ama. Nisso consiste a glória de Deus.

Paulo é um dos que optaram por esse amor radical. Como discípulo missionário, põe-se a serviço da organização e da animação de comunidades cristãs. Participa de uma comunidade concreta – Antioquia da Síria – e é enviado com Barnabé para a missão. Ambos enfrentam todo tipo de conflitos e tribulações, mas não se deixam abater, pois são movidos por profunda convicção de fé. O sofrimento por causa da fidelidade ao evangelho pode ser importante fator que nos faz sair da superficialidade e entender o verdadeiro significado do seguimento de Jesus.

As comunidades do Apocalipse dão seu testemunho de fé e esperança no meio da opressão do Império Romano. Ligando a realidade com a Sagrada Escritura, professam sua fé na presença permanente e dinâmica de Deus, que fez sua tenda no meio de nós e renova todas as coisas.

Enfrentamos hoje muitos desafios. Também nós, como discípulos missionários de Jesus, somos convidados a manter a fidelidade ao mandamento do amor em forma de solidariedade e apoio mútuo, em serviços concretos a partir da nossa comunidade de fé. A certeza da presença de Deus em nosso meio nos faz colaborar com sua graça na construção de um mundo justo e fraterno.

Ao refletir sobre o amor como o estatuto da comunidade, podem-se recordar as prioridades pastorais na paróquia, pois são expressões concretas do nosso amor diante dos desafios da realidade em que vivemos...

Diretrizes para autores

A Vida Pastoral recebe artigos de mestres e doutores. Os textos devem ser:

- Inéditos e não enviados a outras revistas;
- Em linguagem pastoral, acessível, sem prejuízo da profundidade do texto;
- Com tamanho de 15 a 20 mil caracteres (contando os espaços);
- Subdivididos em subtítulos, para facilitar a leitura;

Além disso:

- Evitar notas de rodapé em grande quantidade e tamanho; as informações julgadas importantes devem ser postas no corpo do texto, fazendo notas explicativas apenas quando isso não for possível;
- Usar o recurso a notas apenas em casos de notas explicativas;
- As referências bibliográficas de citações deverão ser inseridas no corpo do artigo, entre parêntesis, seguindo o padrão: sobrenome, ano da publicação, número da página;
- A bibliografia deverá estar disposta no final do artigo. As obras, em ordem alfabética, devem obedecer à seguinte sequência: autor (sobrenome em caixa alta, seguido pelo nome). *Título em itálico*. Edição. Cidade: Editora, data da publicação. Para outros itens não exemplificados aqui, seguir as normas da ABNT, citação dos elementos essenciais (NBR 6023, facilmente localizável na internet);
- Evitar lista bibliográfica muito extensa, incluindo apenas o fundamental;
- Enviar os arquivos em documento do Word, simples, sem formatação, fonte *Times New Roman*, espaçamento de 1,5, tamanho 12;
- Citações maiores que três linhas devem ser destacadas do corpo do texto, com recuo maior e tamanho das letras 11, sem necessidade de aspas ou itálico;
- Inserir no início, em itálico, pequeno resumo de 3 a 4 linhas;
- Incluir no final do artigo pequeno texto de 3 linhas com informações biográficas do autor e *e-mail* para contato;
- Traduzir todas as citações em língua estrangeira;
- Enviar em anexo ao *e-mail* do editor (vidapastoral@paulus.com.br)

Indecisão não é com a gente. Venha descobrir por quê.

Vejam só como a coleção “**De Que Lado Você Está?**” cresceu! A série continua firme com a proposta de incentivar os adolescentes a refletir sobre os desafios da realidade e a tomar decisões. Aprendizado constante, sempre!

QUEM PRECISA DE POLÍTICA?

Luís Fernando Pereira

112 págs.
Helena não se interessava por política, mas a experiência que teve no colégio, como diretora de comunicação do grêmio estudantil, a fez mudar radicalmente de opinião. E para melhor!

COMPRA PRA MIM

Manuel Filho

80 págs.
A história de Manuel Filho orienta os jovens a não cair em armadilhas e a não ceder a tentações consumistas, por mais fascinantes que elas possam parecer à primeira vista.

SOMOS TODOS IGUAIS?

Carmen Lucia Campos

88 págs.
Lara, Elisa e Roger só pensam em curtir a boa vida que têm. Nei e Luciana sonham com um futuro melhor. Será que as diferenças sociais vão virar motivo de conflito ou um caminho para descobertas?

VIOLÊNCIA TEM FIM?

Luiz Ribeiro e Rita Kawamata

104 págs.
Quando a família de Gustavo foi para a Chapada Diamantina, não esperava encontrar por lá o que mais tinha motivado a saída de São Paulo: a violência. A história propõe reflexões válidas e muito interessantes.

ONDE FICA O MEIO AMBIENTE?

Shirley Souza

126 págs.
A partir de um projeto de preservação do meio ambiente, uma simpática galerinha aprenderá que a união é fundamental para os sonhos virarem realidade e transformarem o lugar onde vive.

ESPORTE PRA QUÊ?

Carmen Lucia Campos

88 págs.
Se a atividade física diverte alguns, outros torcem o nariz só de ouvirem falar nela. Aprenda a gostar de exercícios e a ter uma vida saudável com a historinha desta obra.

MUNDO REAL CHAMANDO

Shirley Souza

128 págs.
O jovem PH chega a ficar 8 horas por dia diante do computador. Patrícia, sua irmã, parece preferir o mundo real. Shirley Souza traça um paralelo muito curioso entre realidade e virtualidade.

EM QUE VOCÊ ACREDITA?

Dílvia Ludvichak

160 págs.
Religião é um assunto bem delicado, ainda mais quando discutido por uma turminha pouco tolerante às opiniões dos colegas. Venha aprender um pouco mais sobre o tema.

Criação PAULUS / A PAULUS se reserva o direito de alterar ou retirar o produto do catálogo sem prévio aviso. Imagens meramente ilustrativas.

PAULUS: 29 livrarias distribuídas por todo o Brasil.

VENDAS: Tel.: (11) 3789-4000 — 0800-164011 — vendas@paulus.com.br

SAC: Tel.: (11) 3789-4119 — sac@paulus.com.br

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br

vida pastoral

on line

www.vidapastoral.com.br

Agora todo o acervo da Vida Pastoral pode ser acessado no site da revista! A Paulus e Vida Pastoral disponibilizam por meio do site um grande acervo de artigos para a atualização e formação do clero, agentes de pastoral, catequistas e de todo povo de Deus. Os textos estão distribuídos por áreas temáticas: Bíblia, eclesiologia, pastoral, ministério presbiteral, cristologia, ciências da religião, sacramentos, liturgia, roteiros homiléticos, mariologia, Trindade, escatologia, temas de atualidade, temas sociais, espiritualidade, catequese, documentos e concílios, ecumenismo e diálogo inter-religioso e muito mais. Os textos podem ser acessados por tema, ano ou número de edição, autor e por palavra chave.

Criação PAULUS / Imagens meramente ilustrativas.

PAULUS: 29 livrarias distribuídas por todo o Brasil.

VENDAS: Tel.: (11) 3789-4000 — 0800-164011 — vendas@paulus.com.br

SAC: Tel.: (11) 3789-4119 — sac@paulus.com.br

Visite nossa loja virtual

paulus.com.br